

CONVERGÊNCIA

Março 2003 Ano XXXVIII nº 360

ISSN 0010-8162



- ◆ Poema sobre a velhice
- ◆ A transparência na formação
- ◆ Área de Livre Comércio das Américas
Um desafio à soberania dos países latino-americanos
- ◆ Se todas as mulheres do mundo...



CRB

Sumário

EDITORIAL	65
PALAVRA DO PAPA	69
INFORME CRB	75
ARTIGOS	78
Poema sobre a velhice (Ecl 12,1-7)	78
LUIS STADELMANN, SJ	
A transparência na formação	88
KEVIN FLAHERTY, SJ	
Área de Livre Comércio das Américas	
Um desafio à soberania dos países latino-americanos	112
PE. INÁCIO NEUTZLING, SJ	
Se todas as mulheres do mundo	123
IR. M. AUGUSTA GHISLENI, FSCJ	

A ilustração da capa da Convergência 2003 é uma cópia da obra EMAÚS - serigrafia, do artista sacro Cláudio Pastro. O quadro chama atenção para a centralidade do seguimento de Jesus na Vida Religiosa e para a celebração do Ano Vocacional.



CONVERGÊNCIA

Revista mensal da Conferência dos Religiosos do Brasil - CRB

ISSN 0010-8162

DIRETORA RESPONSÁVEL:

Ir. Maris Bolzan, SDS

REDATOR RESPONSÁVEL:

Pe. Marcos de Lima, SDB
(Reg. 12679/78)

EQUIPE DE PROGRAMAÇÃO:

Coordenadora:

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Conselho Editorial:

Ir. Romi Auth, FSP
Pe. Francisco Taborda, SJ
Pe. Jaldemir Vitória, SJ
Pe. Cleto Caliman, SDB

DIREÇÃO, REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Rua Alcindo Guanabara, 24/4º andar
CEP 20038-900 - Rio de Janeiro - RJ

Tel. (21) 2240-7299

Fax (21) 2240-4486

E-mail: crb@crbnacional.org.br

PROJETO GRÁFICO E PRODUÇÃO:

LetraCapital Editora

Av. Rio Branco 257 - Salas 401/402
CEP 20040-009 - Rio de Janeiro - RJ

Tel. (21) 2215-3781

Fax (21) 2224-7071

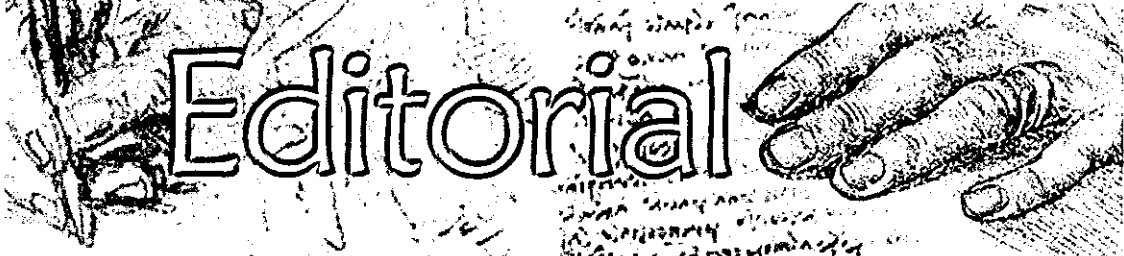
E-mail: letracapital@letracapital.com.br

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do PDF sob o nº P. 209/73

Errata: Na capa do nº 359, onde se lê *Janeiro 2003* leia-se *Janeiro/Fevereiro 2003*

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

Assinatura	Brasil: R\$ 80,00
Anual	Exterior: US\$ 85.00 ou o correspondente em R\$ (Reais)
para 2003	Número avulsos: R\$ 8,00 ou US\$ 8.50



Editorial

Vida, dignidade e esperança

MARIA CARMELITA DE FREITAS, FJ

A Campanha da Fraternidade de 2003 focaliza uma realidade de particular relevância na sociedade atual: a situação das pessoas idosas num mundo cada vez mais submetido às regras do mercado e do capital. O objetivo pretendido com a Campanha deste ano é motivar todas as pessoas para que, iluminadas por valores evangélicos, sejam construtoras de novos relacionamentos e novas estruturas, que assegurem a valorização integral às pessoas idosas e respeito aos seus direitos".

É um fato estatisticamente comprovado que hoje o ser humano vive mais. De acordo com órgãos de pesquisa, o envelhecimento da população constitui um "proeminente fenômeno mundial". No Brasil, a estimativa de vida nos últimos 20 anos aumentou 7,6 anos para os homens e 8,2 anos para a mulher. Isto constitui, sem dúvida, uma conquista da humanidade. Mais importante, porém, é a qualidade de vida das pessoas idosas, qualquer que seja sua condição social, o que está ainda longe de ser uma realidade para todos. Lon-

gevidade sem dignidade não condiz com as aspirações mais profundas do ser humano nem com os princípios do Evangelho.

Trazendo para o centro da reflexão e da ação da Igreja, nesta quaresma, a situação dos idosos, a Campanha da Fraternidade deste ano chama a nossa atenção para algumas questões cruciais que constituem autênticos desafios para a consciência cristã e para a ação evangelizadora. Em primeiro lugar, o desafio da iniludível tomada de consciência da responsabilidade de todos – governo, sociedade civil, família, escola, meios de comunicação, igrejas, vida religiosa – nesta problemática. Vida e dignidade para todas as pessoas idosas é, sem dúvida responsabilidade dos órgãos governamentais, mas não o é menos de instituições, organizações e indivíduos. Todos somos responsáveis por essa causa social e humanitária. "A prevenção, a preparação, e o autocuidado para um envelhecimento bem sucedido passam, necessariamente, por uma grande mobilização em todo o Brasil,

apoando e articulando iniciativas grandes ou pequenas. Essa é uma tarefa de todos”(Texto-base, 203).

O sistema neoliberal vigente hoje no mundo tende a desvalorizar, ignorar, descartar, excluir todo aquele/a que não é produtivo nem rentável para os seus interesses. Com o avanço acelerado da ciência e da tecnologia, uma parte da população, embora tendo acumulado um enorme caudal de experiência e de sabedoria humana ao longo dos anos, é considerada inútil porque envelheceu e já não pode acompanhar, de maneira lucrativa para o sistema, esse avanço e as transformações dele decorrentes. A lógica implacável do sistema faz com que preconceitos antigos em relação à velhice se tornem cada vez mais difundidos e arraigados. Trabalhar para que esses preconceitos sejam desmascarados e superados é outro desafio para o qual a Campanha da Fraternidade deste ano quer alertar a consciência cristã. Contra tais preconceitos, muitas vezes reforçados pela *mídia*, é preciso um articulado esforço de conscientização sobre o significado do envelhecimento e o valor do patrimônio cultural dos idosos, ajudando a redescobrir o grande potencial humano que representam na família e na sociedade.

Um terceiro desafio em pauta nesta Campanha é a solidariedade ativa e comprometida com a causa dos idosos, sobretudo com a defesa dos seus direitos, garantidos pela legislação brasileira. O cidadão, a cidadã que envelhecem não podem ser apenas objeto de comiseração e de outorgas por parte

do Estado. Têm direitos que devem ser reconhecidos e respeitados. Não se trata de uma questão de beneficência mas de justiça. A legislação brasileira referente ao idoso é clara a esse respeito: “a família, a sociedade e o Estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e direito à vida”. Como atuar articuladamente para conseguir que tal legislação se cumpra de fato e não seja só um texto bonito, mas inoperante? Para que não haja discriminação de nenhum tipo na implementação dessas leis? Para que realmente os idosos possam contar com políticas sociais que lhes garantam condições de desfrutar a vida com dignidade? (Cf. Texto-base, 61).

Outro desafio ainda é a educação para o envelhecimento, que prepare as pessoas para encarar o processo do envelhecimento com lucidez, otimismo e sabedoria, na perspectiva da fé e da esperança cristãs, e sustentadas pela Palavra de Deus. De fato, “o Deus da Bíblia não se deixa medir por critérios cronológicos. Para Ele a velhice... não é o apagar da vida, da beleza, e do amor” (Texto-base, 107).

Finalmente, um desafio peculiar à Vida Religiosa é o cuidado dos irmãos e irmãs idosos no seio das nossas comunidades. Esse cuidado requer que sejam pensadas e implementadas medidas concretas para que eles e elas encontrem seu lugar na vida e missão da comunidade, sintam-se amados e valorizados, e a velhice não seja vivenciada como “terra de exílio”, marcada

pela solidão e o vazio afetivo. Só na medida em que isto aconteça efetivamente, nossas comunidades serão proféticas, capazes de visibilizar o amor do Deus Pai-Mãe de todos, num autêntico testemunho de justiça, solidariedade e ternura.

Neste mês de março, quando se inicia a quaresma e a celebração da Campanha da Fraternidade, Convergência oferece às comunidades uma rica matéria de reflexão e de estudo pessoal e grupal.

O artigo de Luis Stadelmann, SJ – “Poema sobre a velhice (Ecl 12,1-7)” – é uma abordagem bíblica do tema da Campanha da Fraternidade de 2003. Para o autor, “o poema sobre a velhice abre uma visão de vida e uma espiritualidade capazes de dar sentido mais profundo a cada uma das idades da existência humana, já desde a juventude”. O artigo situa o poema no seu contexto, lembrando a temática mais ampla do livro do Coélet e o objetivo do autor do Livro. Faz uma breve análise do texto bíblico em questão, tecendo comentários pertinentes e inspiradores. Conclui lembrando que a mensagem do “Poema sobre a velhice” ajuda as pessoas a descobrir “não somente a ruptura e a contradição entre o que se é de fato e o que se aspira a ser, mas também sua grandeza como criaturas de Deus e o sentido de sua trajetória”.

“A transparência na formação”, de Kevin Flaherty, SJ, é um excelente subsídio para pensar questões cruciais da formação na Vida Religiosa hoje, na perspectiva da transparência que essa

formação requer. Segundo o autor, estimular a transparência entre os jovens em formação e criar condições para que ela se aprimore é um grande desafio. Mas é também condição *sine qua non* de êxito no processo formativo. Com extraordinária lucidez, o autor traça uma breve panorâmica do momento atual, situando aí os jovens, e focaliza a tarefa da formação a partir de diferentes ângulos ou componentes dessa tarefa: – a família, a comunidade, os formadores, os formandos, a maturidade psicossocial. O texto está elaborado pensando a formação na Companhia de Jesus. Mas seu conteúdo é válido para a Vida Religiosa em geral, inclusive, em muitos aspectos, para a Vida Religiosa feminina. Merece ser lido, estudado e debatido nas comunidades, sobretudo nas comunidades formadoras. Pode ser uma notável ajuda para formandos e formadores na árdua caminhada do processo formativo hoje.

Inácio Neutzling, no artigo – “Área de Livre Comércio das Américas. Um desafio à soberania dos países latino-americanos” – faz uma apresentação clara e precisa da ALCA, seu lançamento em 1994, seus objetivos, suas propostas, suas ambigüidades e contradições. Com sentido crítico, expõe as principais razões pelas quais a ALCA é considerada prejudicial aos países pobres. Mostra que “a ALCA não deve mudar as condições de acesso para as exportações de bens latino-americanos aos Estados Unidos, e que, em um contexto de assimetrias reguladoras e tarifárias, os custos caem desproporcionalmente sobre os países com tarifas ele-

vadas e marcos regulador e institucional deficientes”, ou seja, a maioria dos países latino-americanos. Por isso é indispensável que os rumos da negociação sejam redirecionados a partir de novos parâmetros. O texto é de grande atualidade e pode constituir uma rica matéria de reflexão e debate nas comunidades.

“Se todas as mulheres do mundo...” é o interessante artigo de Maria Augusta Ghisleni, FSCJ. No seu texto, a autora convoca todas as mulheres a serem artífices da paz. Lembra que uma das causas da desarmonia social está na omissão das mulheres em assumir suas responsabilidades na cons-

trução da sociedade, bem como na sua exclusão dos níveis de decisão. Como campos de atuação da mulher na construção da paz, a autora indica a família, a escola, a sociedade civil e a igreja. Em todos esses âmbitos, a mulher está chamada a ser artífice da paz, para que a convivência humana se estabeleça a partir dos fundamentos da justiça e da solidariedade, sem os quais não existe paz verdadeira e duradoura. Na atual situação mundial, em que a paz está extremamente fragilizada, e ameaçada de tantas maneiras, o artigo tem uma particular relevância, especialmente para a vida religiosa feminina.

**“A família, a sociedade
e o Estado têm o dever de assegurar
ao idoso todos os direitos da
cidadania, garantindo sua participação
na comunidade, defendendo
sua dignidade,
bem-estar e direito à vida”**



Palavra do Papa

Discurso do Papa João Paulo II ao corpo diplomático acreditado junto da Santa Sé durante a apresentação dos bons votos para o Ano Novo

Segunda-feira, 13 de janeiro de 2003

Excelências

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

1. É uma feliz tradição este encontro de começo de ano que me dá a alegria de vos receber e, de certa forma, abraçar todos os povos que representais! De fato, através de vós e graças a vós, chegam até mim as suas esperanças e aspirações, os seus êxitos e fracassos. Hoje, desejo formular para os vossos países votos fervorosos de bem-estar, de paz e de prosperidade.

No começo do ano novo, é para mim um prazer apresentar a todos os meus melhores votos, ao mesmo tempo que invoco sobre as vossas pessoas, as vossas famílias e os vossos compatriotas a abundância das bênçãos divinas.

Nunca como neste começo de milênio o homem sentiu como é precário o mundo que ele modelou. Antes de partilhar convosco algumas reflexões inspiradas pela atualidade no mundo e na

Igreja, desejo agradecer ao vosso Decano, o Embaixador Giovanni Galassi, o discurso que acaba de me dirigir, bem como os votos gentis que acaba de exprimir, em nome de todos vós, pela minha pessoa e pelo meu ministério. Tenha a amabilidade de aceitar a minha profunda gratidão!

Senhor Embaixador, Vossa Excelência recordou também com sobriedade as expectativas legítimas dos nossos contemporâneos, infelizmente com muita frequência contrariadas por crises políticas, pela violência armada, pelos conflitos sociais, pela pobreza ou por catástrofes naturais.

2. Estou pessoalmente impressionado com os sentimentos de medo que com frequência está no coração dos nossos contemporâneos. O terrorismo dissimulado que pode chegar em qualquer momento e em todos os lugares; o problema não resolvido do Médio Oriente, com a Terra Santa e o Iraque; a instabilidade que perturba a América do Sul, sobretudo a Argentina, a Colômbia e a Venezuela; os conflitos

que impedem numerosos países africanos de se dedicarem ao seu desenvolvimento; as doenças que propagam o contágio e a morte; o grave problema da fome, sobretudo na África; os comportamentos irresponsáveis que contribuem para o empobrecimento dos recursos do planeta: estes são flagelos que ameaçam a sobrevivência da humanidade, a serenidade das pessoas e a segurança das sociedades.

3. Mas tudo pode mudar. Isto depende de cada um de nós. Cada qual pode desenvolver em si o seu potencial de fé, de honradez, de respeito pelo próximo, de dedicação ao serviço dos outros. Isto depende também, de modo muito evidente, dos responsáveis políticos, que estão chamados a servir o bem comum. Não vos deixeis surpreender pelo fato que perante esta assembléia de diplomatas eu mencione, a este propósito, *alguns imperativos* que me parece necessário satisfazer se quisermos evitar que povos inteiros, ou talvez até a humanidade, se precipitem no abismo.

Em primeiro lugar, um "SIM À VIDA"! Respeitar a vida e as vidas: com ela tudo começa, visto que o mais elementar dos direitos humanos é o direito à vida. O aborto, a eutanásia ou a clonagem humana, por exemplo, correm o risco de reduzir a pessoa humana a um simples objeto: de certa forma, a vida e a morte comandada! Quando são privadas de qualquer critério moral, as investigações científicas que manipulam as fontes da vida são uma negação do ser e da dignidade da pessoa. A própria guerra é um atentado à vida hu-

mana porque traz consigo o sofrimento e a morte. A defesa da paz é sempre uma defesa da vida!

Depois, o respeito do direito. A vida em sociedade, sobretudo a vida internacional, exige princípios comuns intocáveis, cuja finalidade é garantir a segurança e a liberdade dos cidadãos das nações. Estas regras de conduta estão na base da estabilidade nacional e internacional. Hoje, os responsáveis políticos têm à sua disposição textos apropriados e instituições de grande pertinência. É suficiente pô-los em prática. O mundo seria totalmente diferente se se comesse por aplicar sinceramente os acordos assinados!

Por fim o dever da solidariedade. Num mundo superabundantemente informado mas no qual, de maneira paradoxal, se comunica tão dificilmente e as condições da existência são escandalosamente desiguais, é importante que nada seja negligenciado para que todos se sintam responsáveis pelo crescimento e pelo bem-estar de todos. É o nosso futuro que está em questão. Jovens sem trabalho, pessoas deficientes marginalizadas, pessoas idosas abandonadas, países prisioneiros da fome e da miséria, com frequência fazem com que o homem perca a esperança e sucumba à tentação de se fechar em si mesmo ou na violência.

4. Eis por que são necessárias opções para que o homem ainda tenha um futuro. Para isto, os povos da terra e os seus dirigentes devem ter por vezes a coragem de dizer "não".

"NÃO À MORTE"! Isto é, não a tudo o que atenta contra a dignidade in-

comparável de todos os seres humanos, a começar pela dignidade dos nascituros. Se a vida é verdadeiramente um tesouro, é preciso saber conservá-la e fazê-la frutificar sem a desvirtuar. Não a tudo o que enfraquece a família, célula fundamental da sociedade. Não a tudo o que destrói na criança o sentido do esforço, o respeito de si e do próximo, o sentido do serviço.

"NÃO AO EGOÍSMO"! Isto é, a tudo o que estimula o homem a refugiar-se dentro do casulo de uma classe social privilegiada ou de um conforto cultural que exclui o próximo. A maneira de viver de quantos gozam do bem-estar, a sua maneira de consumir, devem ser revistas à luz das repercussões que têm sobre os outros países. Basta pensar, por exemplo, no problema da água que a Organização das Nações Unidas propõe à reflexão de todos durante este ano de 2003.

Egoísmo é, também, a indiferença das nações ricas em relação aos países mais pobres. Todos os povos têm o direito de receber uma parte equitativa dos bens deste mundo e do conhecimento científico e tecnológico dos países mais capazes. Como deixar de pensar aqui, por exemplo, no acesso de todos aos remédios genéricos, necessários para enfrentar a luta contra as epidemias atuais? Este acesso é muitas vezes impedido por considerações econômicas a curto prazo.

"NÃO À GUERRA"! Ela nunca é uma fatalidade. Ela é sempre uma derrota da humanidade. O direito internacional, o diálogo franco, a solidariedade entre os Estados, o exercício tão nobre

da diplomacia, são os meios dignos do homem e das nações para resolver as suas contendas. Digo isto pensando em quantos ainda põem a sua confiança na arma nuclear e nos demasiados conflitos que ainda mantêm como reféns, irmãos nossos em humanidade.

No Natal, Belém recordou-nos a crise não resolvida do Médio Oriente onde dois povos, o israeliano e o palestinese, são chamados a viver lado a lado, igualmente livres e soberanos, respeitadores um do outro. Sem repetir o que vos disse no ano passado em circunstância análoga, contentar-me-ia hoje em acrescentar, perante o agravamento constante da crise médio-oriental, que a sua solução nunca poderá ser imposta recorrendo ao terrorismo ou aos conflitos armados, pensando que as vitórias militares possam ser a solução.

E que dizer das ameaças de uma guerra que se poderia abater sobre as populações do Iraque, terra dos profetas, populações já extenuadas por mais de doze anos de embargo? A guerra nunca pode ser considerada um meio como outro qualquer, que se pode usar para regular as diferenças entre as Nações. Como recordava a Carta da Organização das Nações Unidas e o Direito Internacional, não podemos recorrer a ela, mesmo quando se trata de garantir o bem comum, a não ser como última possibilidade segundo condições muito rigorosas, sem negligenciar as consequências para as populações civis durante e depois das operações militares.

5. Portanto, é possível mudar o curso dos acontecimentos no momento em

que prevalecem a boa vontade, a confiança no próximo, a realização dos compromissos assumidos e a cooperação entre parceiros responsáveis. *De-sejo mencionar dois exemplos.*

A *Europa de hoje*, ao mesmo tempo unida e alargada. Ela soube abater os muros que a desfiguravam. Empenhou-se na elaboração e na construção de uma realidade capaz de conjugar unidade e diversidade, soberania nacional e ação comum, progresso econômico e justiça social. Esta Europa nova tem em si os valores que fecundaram, durante dois milênios, uma arte de pensar e de viver da qual todo o mundo se beneficiou. Entre estes valores, o cristianismo ocupa um lugar privilegiado, porque deu origem a um humanismo que impregnou a sua história e as suas instituições.

Recordando este patrimônio, a Santa Sé e todas as Igrejas cristãs insistiram junto dos redatores do futuro Tratado Constitucional da União Européia para que seja inserida uma referência às Igrejas e instituições religiosas. De fato, parece desejável que, no pleno respeito da laicidade, sejam reconhecidos três elementos complementares: a liberdade religiosa na sua dimensão não só individual e cultural mas também social e corporativa; a oportunidade de um diálogo e de uma consulta estruturados entre os Governantes e as comunidades de crentes; o respeito pelo estatuto jurídico do qual as Igrejas e as instituições religiosas gozam já nos Estados membros da União.

Uma Europa que recusasse o seu passado, que negasse o fato religioso e que

não considerasse qualquer dimensão espiritual, encontrar-se-ia muito enfraquecida perante o projeto ambicioso que mobiliza as suas energias: construir a Europa de todos!

Também a *África* nos oferece hoje ocasião para nos alegrarmos: Angola começou a sua reconstrução; o Burundi empreendeu o caminho que poderia conduzir à paz e espera da comunidade internacional compreensão e ajuda financeira; a República Democrática do Congo empenhou-se seriamente num diálogo nacional que deve levar à democracia. O Sudão também deu provas de boa vontade, mesmo se o caminho para a paz é longo e difícil. Devemos felicitar-nos sem dúvida alguma com estes progressos e encorajar os responsáveis políticos a não pouparem esforço algum para que, pouco a pouco, os povos da África conheçam um início de pacificação e, por conseguinte, de prosperidade, ao abrigo das lutas étnicas, do arbitrário e da corrupção. Eis por que não podemos deixar de deplorar os graves acontecimentos que atormentam a Costa do Marfim e a República Centro-Africana, convidando os seus habitantes a depor as armas, a respeitar a sua respectiva Constituição e a lançar as bases para um diálogo nacional. Então, seria bom envolver todos os componentes da comunidade nacional na elaboração de um projeto de sociedade no qual todos se reencontrem. Por outras palavras, é bom constatar que os Africanos procuram, cada vez mais, encontrar as soluções mais adequadas para os seus problemas, graças à ação

da União africana e às mediações regionais eficazes.

6. Excelências, minhas Senhoras e meus Senhores, é necessário fazer uma constatação: *a independência dos Estados não pode ser concebida a não ser na interdependência*. Todos estão vinculados no bem e no mal. Por isso, justamente, seria bom saber distinguir o bem do mal e chamá-los pelo seu nome. A respeito disto, quando a dúvida ou a confusão se instalam, devem ser temidos os maiores males, como a história nos ensinou demasiadas vezes.

Para evitar cair no caos são necessárias *duas exigências*. Em primeiro lugar, *reencontrar dentro dos Estados e entre os Estados o valor primordial da lei natural*, que outrora inspirou o direito dos povos e os primeiros pensadores do direito internacional. Mesmo se, hoje, há quem ponha em questão a sua validade, estou convencido de que os seus princípios gerais e universais são sempre capazes de fazer compreender melhor a unidade do gênero humano e de favorecer o aperfeiçoamento da consciência dos governos. Em segundo lugar, *a ação perseverante de homens de Estado honestos e abnegados*. De fato, a indispensável competência profissional dos responsáveis políticos não pode ser legitimada a não ser por uma firme referência a fortes convicções éticas. Como se poderia pretender tratar assuntos do mundo sem fazer referência a este conjunto de princípios que estão na base daquele "bem comum universal" do qual a encíclica *Pacem in terris* do Papa João XXIII tanto falou? Será sempre possí-

vel para um dirigente, coerente com as suas convicções, recusar-se perante situações de injustiça ou desvios institucionais, ou pôr-lhe termo. Nisto encontramos, tenho a certeza, aquilo a que se chama normalmente hoje o "bom governo". O bem-estar material e espiritual da humanidade, a tutela das liberdades e dos direitos da pessoa humana, o serviço público abnegado, a proximidade com as situações concretas, devem vir antes de qualquer programa político e constituem uma exigência ética que é o melhor modo de garantir a paz interior das nações e a paz entre os Estados.

7. É evidente que, *para um crente*, a essas motivações, juntam-se também as que lhe dão *a fé num Deus criador e pai de todos os homens*, que lhe confia a gestão da terra e o dever do amor fraterno. Isto significa que o Estado tem todo o interesse em velar para que a liberdade religiosa, direito natural isto é, ao mesmo tempo, individual e social seja efetivamente garantida a todos. Como já tive ocasião de afirmar, os crentes que se sentem respeitados na sua fé, que vêem as suas comunidades reconhecidas juridicamente, colaboram com muito mais convicção no projeto comum da sociedade civil da qual são membros. Então vós compreendeis por que me faço o porta-voz de todos os cristãos que, da Ásia até à Europa, ainda são vítimas de violência e de intolerância, como se verificou muito recentemente por ocasião da celebração do Natal. O diálogo ecumênico entre cristãos e os contatos respeitosos entre as outras religiões, so-

bretudo com o Islão, são o melhor antídoto contra os desvios sectários, o fanatismo ou o terrorismo religioso.

No que se refere à Igreja católica, gostaria de mencionar uma só situação, que é para mim motivo de grande sofrimento: o destino reservado às comunidades católicas na Federação Russa que, depois de alguns meses, vêem alguns dos seus pastores impedidos de se unirem a eles, por razões administrativas. A Santa Sé espera das autoridades governamentais decisões concretas, que ponham fim a esta crise e que sejam conformes com os compromissos internacionais assinados pela Rússia moderna e democrática. Os católicos russos desejam viver como os

seus irmãos de todo o mundo, com a mesma liberdade e dignidade.

8. Excelências, minhas Senhoras e meus Senhores, oxalá nós, aqui reunidos neste lugar, símbolo de espiritualidade, de diálogo e de paz, possamos contribuir com a nossa ação quotidiana para que todos os povos da terra progridam, na justiça e na concórdia, para situações mais felizes e justas, longe da pobreza, da violência e das ameaças da guerra! Queira Deus cumular as vossas pessoas, bem como os povos que aqui representais, com abundantes Bênçãos! Um bom e feliz Ano para todos!

Joannes Paulus II

“NÃO AO EGOÍSMO!

**Isto é, a tudo o que estimula o
homem a refugiar-se
dentro do casulo de uma classe
social privilegiada ou de um
conforto cultural que
exclui o próximo”**



III Fórum Social Mundial

IR. CLÉA DE CASTRO NEVES, RSCJ

IR. MAGDA BRASILEIRO, FHIC

É preciso fazer uma escolha para se relatar o evento III Fórum Social Mundial (FSM), acontecido em Porto Alegre, de 23 a 28 de janeiro de 2003. Ou se faz uma reportagem panorâmica, com estatísticas, apresentação da extensa e intensa programação, ou se partilha uma experiência ("o que foi o FSM para mim?"), ou seleciona-se algum enfoque aprofundando-o, ou registra-se a participação particular e universal, nacional e internacional, individual e planetária; enfim, repetindo um lugar comum: o evento foi complexo demais para ser informado em poucas linhas. E, continuando com o lugar comum: escolhemos partilhar nossas impressões, nossos ecos repercutindo, ainda hoje, em nossos corações e nossas mentes. E não podemos esquecer de dar a melhor informação: todo o III FSM se encontra no site www.forumsocialmundial.org.br

O que mais nos impactou: gente de todos cantos do mundo, de todas as

raças, línguas, religiões, idades reunidas num só objetivo – **a paz**. Por isso, escolhemos transcrever um volante (para nós, um dos mais sérios e que poderia transparecer *por onde caminhou o III FSM*), distribuído por ocasião da "Mesa de diálogo e controvérsia" cujo tema foi:

"Em oposição às guerras do século XXI, como construir a paz entre os povos?"

Um novo desafio histórico: enfrentar os guerreiros com as mãos desarmadas. A sociedade civil, os povos e nós, cidadãos que estamos vivendo ou sobrevivendo neste começo de século XXI, estamos frente a um desafio histórico: seremos capazes de impedir ou deter as guerras que já estão em curso ou estão incubando em diferentes regiões do mundo? O século XX sofreu duas guerras mundiais. Durante o século passado houve centenas de guerras e de genocídios. O século XXI está começando pior que o

passado. Hoje os povos do século XXI estão diante de uma nova encruzilhada. Atados pela lógica dos guerreiros, o desafio que afrontamos é o de não somente deter as guerras existentes e impedir as que estão se gestando, mas também o desafio de fazê-lo sem armas. Como enfrentar os guerreiros do século XXI com as mãos desarmadas?

Novas formas de guerras, guerras silenciosas, guerras sociais. O problema não está somente nos planos belicistas do governo norte-americano ou nas ações armadas de grupos clandestinos. A injustiça e a violência abundam no cotidiano, no local, no interior das famílias, nos bairros, nas cidades, em vastas regiões, entre países. Não só os guerreiros "oficiais" ou os que aparecem nas notícias provocam a violência. Esta também está presente tanto nas relações cotidianas, como nas redes mafiosas que penetram nos bairros, nas regiões, nos países e que se expandem a nível transcontinental. As "guerras sociais" provocam mais mortes que as guerras entre exércitos e puseram na ordem do dia os problemas de segurança cidadã. Poderemos, as organizações sociais, as redes associativas, construir uma sociedade solidária e respeitosa da dignidade das pessoas?

As múltiplas raízes das guerras. As guerras que estamos enfrentando têm raízes variadas: desigualdades econômicas, conflitos sociais, sectarismos religiosos, disputas territoriais, controle de recursos básicos como a água e a terra. No fundo, todas são expressão de uma crise de valores, de uma difi-

culdade maior em afirmar o sentido pessoal e coletivo de nossas vidas, das sociedades. Como enfrentar essas guerras e conflitos? A economia solidária será capaz de fazer frente ao capitalismo neoliberal e assegurar uma vida mais digna a milhões de seres humanos? As Nações Unidas conseguirão neutralizar as ambições expansionistas dos novos colonos deste século? A educação para a paz será capaz de acalmar os espíritos? Será possível que os seres humanos mudem em seu interior ao mesmo tempo em que as estruturas sociais e os sistemas políticos sofrem mudanças?

O Direito, a Força e a Democracia. É justo constituir uma força militar independente, regida pelo direito internacional, capaz de intervir nos conflitos que se acumulam? Se a força deve basear-se no Direito, como conseguir que esse Direito seja realmente democrático? É possível conseguir-lo a nível mundial? É possível um parlamento dos povos que legitime a vontade das amplas maiorias? Será possível reformar os sistemas políticos, as instituições dos governos locais, nacionais, internacionais, mundiais para que expressem a vontade democrática dos povos?

As guerras de hoje desencadearão as guerras de amanhã. Os projetos colonizadores continuam seu curso no século XXI. Os governos expansionistas de Israel continuam com seus planos de ocupação e de extermínio do povo palestino. Os governantes dos Estados Unidos da América persistem em impor a todo o mundo o império de sua

lei, de seus interesses e de sua força. Os planos expansionistas de grupos religiosos fundamentalistas continuam ativos procurando controlar governos, regiões, meios de comunicação, meios de influência. As guerras que estão se incubando ou se estendendo hoje no Meio Oriente, na Ásia, na África, na América Latina; os conflitos potenciais que se desenvolvem na Europa e na América do Norte, pressagiam uma época na qual não somente cada canto do mundo, em maior ou menor escala, será afetado, senão também uma época em que a humanidade em seu conjunto chegará aos limites de sua própria existência.

Economia solidária, Democracia, Justiça e Paz. Sem uma nova economia solidária, uma democracia verdadeira não será possível. Reciprocamente, sem uma democracia realmente participativa, uma nova economia não é viável. Sem um direito profundamente democrático, a justiça não é possível. E sem justiça, a paz é uma quimera. Como alcançar ao mesmo tempo uma economia digna, uma democracia aberta, um direito legítimo, uma justiça

plena? Cada componente está vinculado com os outros e o conjunto é o que conta. Os desafios que temos, nós os cidadãos, povos, a sociedade civil, nos começos deste século são enormes. Só se formos milhares e milhões construindo caminhos pacíficos, poderemos enfrentar e desarmar os guerreiros, sejam eles quem forem, estejam onde estiverem."

Gostaríamos de salientar a oficina "A SOCIEDADE CIVIL E A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS NO CENÁRIO MUNDIAL" de que fez parte a CRB Regional do Rio Grande do Sul. Essa oficina durou dois dias, e se realizou, com sucesso, na Câmara Legislativa de Porto Alegre. Também a CRB Nacional participou de uma coalizão (SOTER, AMERÍNDIA e outros) que apresentou uma oficina no dia 25 de janeiro.

Dentro de um clima permanente de confraternização, de luta por um mundo mais justo, solidário e pacífico, o III FSM vivenciou, de verdade, o que pretende ser: **um espaço de democracia em que todas as vozes são respeitadas, acreditando que um novo mundo é possível.**

“Sem uma nova economia solidária,
uma democracia verdadeira
não será possível”

Poema sobre a velhice (Ecl 12,1-7)

LUÍS STADELMANN, SJ

Introdução

A Sagrada Escritura presta sua homenagem aos velhos com reflexões em poesia e prosa. São páginas inspiradas pela dor da separação de quem se despede da vida terrena e encara a fatalidade da morte, sem ressentimento ou tristeza, e leva em conta o desprendimento de tudo o que possui porque vai deixá-lo para trás. Pensar na morte durante diversas etapas da vida humana serve de estímulo à motivação para aproveitar o tempo. Na velhice se pensa na morte com nostalgia dos vínculos afetivos na convivência humana, que são projetados para a vida no além. Daí, os velhos que estão por encerrar sua trajetória na terra se preparam para empreender confiantes o caminho que prossegue rumo ao encontro com Deus.

A exegese deste trecho torna-se mais objetiva com a análise da estrutura literária do livro, a abordagem da temática do livro todo, o enfoque da situação existencial da velhice e a explicação do objetivo do autor. Segue-se a explicação do poema e o co-

mentário, incluída também a indicação do contexto imediato para salientar sua relevância como mensagem de valor perene.

Estrutura literária do livro de *Coélet*

Prólogo (1,1-3): O objetivo do autor é a busca do sentido da felicidade humana frente à fugacidade da vida.

- I. *Cosmologia* (1,4-11): Suas reflexões abrangem as diversas áreas da filosofia: cosmologia, etc.
- II. *Antropologia* (1,12-3,15): As informações sobre a história da cultura e civilização mostram as limitações e as conquistas feitas pela humanidade.
- III. *Ética social* (3,16-6,10): A vida em sociedade impõe obrigações para o progresso e defesa contra situações de iniquidade.
- IV. *Crítica das ideologias* (6,11-9,6): Os princípios da doutrina sapiencial para a orientação da existência humana precisam ser analisa-

dos por cada geração à luz dos valores e das implicações.

- V. *Ética de atitudes* (9,7-12,8): As motivações do agir humano e a busca da autotranscendência são poderoso estímulo ao esforço de conformar as atitudes com as convicções.

Epílogo (12,8-14): A temática do livro é retomada na conclusão.

Temática do livro de *Coélet*

A *temática* de toda a filosofia do autor está condensada nestes termos: “vaidade” (em hebr. *hebel*) que corresponde à “fugacidade da vida”. A freqüente ocorrência desse termo *hebel*, chegando a sessenta e quatro vezes (64) no livro de *Coélet* (ou *Eclesiastes*), indica a ênfase que lhe é atribuída pelo autor. Trata-se da perspectiva antropológica que estuda o ser humano em sua situação contingente e efêmera. Essa temática torna-se importante para todos, porque somente aquele que é consciente da morte sabe que assim é; nisso está sua grandeza e também sua insignificância: *grandeza*, enquanto pela própria experiência, sabe que sua existência para ser autêntica e profunda, tem de ser perene e por isso a certeza da imortalidade está inerente à sua alma; *insignificância*, por ser efêmero o fruto do seu trabalho e frustrado todo o esforço empreendido para realizá-lo. Com efeito, o ser humano é o único capaz de tomar consciência da autotranscendência especialmente nas *situações-limite* entre a fugacidade da vida (*hebel*) e o perigo de morte, entre a fé na ressurreição dos mortos e a in-

certeza a respeito do destino: uma eternidade feliz ou infeliz. É de notar-se, porém, que não é à luz da reflexão teórica sobre a autotranscendência que se abrem novas perspectivas, mas na angústia e na inquietação sobre a “fugacidade da vida”, bem como na busca de uma resposta às incertezas que atormentam os seres humanos. Nesses estados de espírito, as pessoas descobrem a ruptura e a contradição entre o que se é de fato e o que se aspira a ser.

Outra abordagem dessa temática é a interpretação do livro de *Coélet* em termos de encontro com Deus “pela porta dos fundos”, como é proposto por N. LOHFINK. Através de questionamentos e indagações e na meditação sobre a fugacidade da vida, a pessoa que busca uma solução está de fato a caminho para o encontro com Deus. Em verdade, é um caminho um tanto trabalhoso e mais lento do que aquele que leva a Deus “pela porta da frente”, que se abre aos fiéis pela integração na comunidade de fé e pela participação na santa liturgia através da oração comunitária e da recepção dos sagrados dons do altar.

Podemos mencionar também a tentativa de interpretação do livro de *Coélet* em termos de pessimismo, apoiado na hipótese de uma corrente de pensamento que reflete um contexto histórico e cultural em declínio, incluindo alguns indícios de decadência de toda uma época da Antiguidade. Há, porém, um sério percalço nesta linha de interpretação, porque supõe um dualismo como pano de fundo da concepção do mundo e da finitude de toda

a realidade, sendo intrinsecamente vi-ciada e má. Embora esta hipótese se encontre nas considerações melancólicas já aventadas na interpretação da "Canção do Harpista", da literatura egípcia antiga (ANET, p. 467), não existem argumentos a favor desta tese hipotética que se queira aplicar ao próprio livro de *Coélet*.

Situação existencial da velhice

O "poema sobre a velhice" abre uma visão de vida e uma espiritualidade capazes de dar sentido mais profundo a cada uma das idades da existência humana, já desde a juventude. A fé pessoal do *Coélet*, projetada sobre a existência humana, vai iluminando-a e oferecendo-lhe a dimensão espiritual da vida como antídoto à desumanização de quem se sente relegado ao esquecimento e excluído do convívio humano. Neste poema, o velho está sendo interpelado a procurar no íntimo da alma as raízes mais profundas da sua fé, e que a sustentem em meio à solidão, ao lembrar-se de sua vivência da fé no contexto da liturgia comunitária quando participava ativamente das celebrações litúrgicas. A própria celebração é um memorial da presença atuante de Deus no meio do seu povo e junto aos fiéis que pedem se vá até sua casa para confortar os idosos e enfermos da família.

Além disso, a vivência da fé oferece contínuo estímulo aos velhos para orientarem seus desejos por algo a mais que eles de outra maneira não haveriam de querer obter: a eterna bem-

aventurança no céu e a participação na glória de Deus. A velhice pode ser dolorosa porque implica desprendimento de algo muito precioso: saúde, vida terrena, profissão, amigos, familiares. Eis a função pedagógica da velhice: ensina o desprendimento dos bens vitais, abre a vista para a solidariedade com a grande massa da humanidade sofrida e desperta o desejo de um bem transcendente. Pelo visto, tal pedagogia é, às vezes, até necessária para que alguém possa preparar-se para entrar na vida eterna. É que o trânsito da vida terrestre para a celeste não é mera troca de lugar, como passar da mesa para a sobremesa, ou permuta da vida na terra pela mesma vida depois passada a limpo no céu. Pois o céu é um dom que Deus dá aos que se esforçam para alcançá-lo.

Por fim, a situação existencial da velhice, por mais frustrante que possa ser para os velhos, pode tornar-se uma oportunidade para real progresso na vida espiritual. Pois se algum deles estiver prestes a descambar para a mediocridade ou a tibieza e pouco se empenhar para sair dessa situação, Deus poderá permitir que provas venham a corrigi-lo quando o bem da alma o requeira. Daí, o itinerário espiritual dos velhos vai integrando a experiência de uma fé amadurecida, e é valorizado pela união com os fiéis da comunidade eclesial.

O objetivo do autor do livro de *Coélet*

O tema central do livro de *Coélet* é oferecido aos leitores para o diálogo

entre os fiéis e os descrentes no contexto das pesquisas sobre os valores autenticamente humanos e as metas da autotranscendência. À luz da reflexão sapiencial e mediante uma análise ampla e refletida para além da fenomenologia das aparências, o autor procura decifrar e explicar o sentido profundo e completo do ser humano.

Já que o livro de *Coélet* e os outros livros sapienciais não eram lidos comumente na Palestina, mas na diáspora, isto é, nas comunidades judaicas fora da Palestina, devemos concluir que se destinam ao *aprofundamento* dos temas da revelação divina, à *reflexão* dos valores autenticamente humanos e à busca de *solução* dos problemas, que desafiam os fiéis na sociedade secularizada de então. Pois na diáspora eram os fiéis uma minoria religiosa em sério perigo de serem absorvidos por uma maioria de outras crenças. Surgiu daí uma nova forma de incentivar a fidelidade à fé através da atividade pastoral, visando um diálogo proveitoso com os que procuram a Deus e mostrando-lhes a pedagogia de Deus, que vai ao encontro da pessoa humana. Seu objetivo é tornar acessíveis a todas as pessoas os frutos da salvação divina através do empenho para elevar as almas a horizontes nos

quais é possível descortinar-lhes sua destinação sobrenatural e abri-las para o dom da graça e da vocação divina.

A perspectiva pastoral, que o “poema sobre a velhice” oferece à reflexão da comunidade de fé, corresponde ao objetivo de fazer uma reflexão sobre a vivência da fé entre os idosos, fornecendo assim subsídios para uma PASTORAL DA TERCEIRA IDADE que se inspire na mensagem de uma espiritualidade alvissareira, a fim de que possam dar frutos de salvação. Nesta perspectiva, os velhos vêm a realização de sua vida na proclamação do louvor a Deus no seio da comunidade dos fiéis.

Texto e Comentário

- ¹ *Lembra-te do teu Criador, nos dias da juventude, antes que venham os dias nefastos e cheguem os anos dos quais dirás: “Não gosto deles!”*
- ² *Antes que se obscureçam a luz do sol, a lua e as estrelas, e voltem as nuvens depois da chuva! —*
- ³ *Naquele dia os guardas da casa começarão a tremer, e os homens robustos a se encurvar; os moleiros, por serem poucos, cessarão de moer, e ficarão embaçados os que olham pelas janelas;*
- ⁴ *as portas sobre a rua se fecharão, e diminuirá o ruído do moinho;*

¹ “Lembra-te”, no modo imperativo, como exortação enfática para que o reconhecimento de Deus esteja presente na reflexão e meditação dos idosos.

² Os fenômenos da natureza, típicos da estação do inverno palestinese, são imagem do declínio das forças vitais.

³ A velhice é um declínio da vitalidade humana, dificultando o desempenho do dever de reconhecer a Deus, como também de outras atividades físicas e mentais.

⁴ Enfraquecimento do corpo humano. Os membros do corpo são substantivos femininos em hebraico: “guardas da casa” são os braços; “homens robustos” são as pernas; “moleiros” são os dentes; “os que olham pela janela” são os olhos sob as pálpebras semi-cerradas.

quando alguém se põe a prumo ao
cantar do pássaro e enfraquecem
todas as filhas da canção;

⁵ haverá medo das alturas e
sobressaltos no caminho plano;
a amendoeira há de florescer,
o gafanhoto, engordar, e a alcaparra,
estalar:
então o homem seguirá para a mora-

a eterna, e pelas ruas
andarão os carpidores —

⁶ antes que se solte o fio de prata
e se despedace a baixela de ouro;
quebre-se o cântaro na fonte
e se arrebente a roldana do poço;
⁷ o pó volte à terra, como era,
e o espírito volte para Deus,
que o concedeu.

⁴ “Portas” são os lábios; “moinho” é a boca; “pôr-se a prumo ao cantar do pássaro” significa erguer-se da cadeira em que estava para ouvir melhor o trinar do pássaro; porque na velhice enfraquece o sentido da audição; o sujeito do verbo é indeterminado, designando um dos velhos; “filhas do canto” são os sons ou as melodias que os ouvidos têm dificuldade de perceber por causa da crescente surdez. Outros exegetas interpretam as “filhas do canto” em termos de cordas vocais.

⁵ O estado de debilidade física dos idosos manifesta-se pelo “medo das alturas”, ao subirem ao terraço da casa, e “sobressaltos no caminho plano”, quando saem de casa.

Época de transição entre o inverno e a primavera: o presságio aos idosos da morte iminente é descrito com os fenômenos da natureza na passagem do inverno para a primavera, estação do ano em que, no hemisfério norte, ocorre a maioria de óbitos entre pessoas da terceira idade [isso se pode ver numa visita aos cemitérios, verificando nas lápides a data de falecimento]: a) “a amendoeira floresce” é a época do final de janeiro ou do início de fevereiro; b) “o gafanhoto se arrasta” indica o começo da primavera, quando as larvas se juntam em grande quantidade, arrastando-se em sucessão no solo em busca de alimento; ao crescerem rapidamente, surgem as pernas traseiras e as asas, facilitando o movimento por terra e ar ao se deslocarem em bandos para outras regiões; c) “a alcaparra estala” refere-se às frutinhas aromáticas da alcaparreira que são colhidas antes de estalarem as cápsulas, na primavera.

Os “carpidores” são pranteadores profissionais que vêm se ajuntando pelas ruas em direção à casa funerária para prestar seus serviços a um defunto, entoando cânticos fúnebres.

⁶ Após a morte haverá perda dos objetos de uso pessoal: “cordão de prata, baixela de ouro, cântaro da fonte e roldana do poço”. Antes do sepultamento “é removido o cordão de prata” onde estava preso o sinete, cujas gravuras representavam a sigla do seu dono; “é despedaçada a baixela de ouro”, isto é o utensílio para serviço de mesa; “é quebrado o cântaro na fonte”, do qual o dono de casa bebia água; “se arrebenta a roldana do poço”, como gesto típico de findar o uso privativo da fonte de água.

⁷ Perda da vida terrestre: a morte do ser humano ocorre no momento da separação definitiva da alma e do corpo. Não é mera “morte clínica” que consiste na cessação das funções essenciais do corpo mas não implica necessariamente a separação da alma e do corpo. Ao contrário, a “morte absoluta” se verifica na separação definitiva, quando “o corpo” volta ao pó; “o espírito” volta para Deus.

“O pó volte à terra, como era”: convém notar a diferença entre a terminologia bíblica e a científica na referência aos elementos constitutivos do corpo humano. A biologia molecular fala do DNA para identificar o material genético do corpo humano. O conjunto de células que compõem o nosso corpo é matéria orgânica. Entretanto, a Bíblia diz que o corpo humano foi feito do “pó da terra”. Ora, o termo hebraico *’afar* (pó) significa a matéria bruta e inorgânica, nunca por si só algo orgânico. Os comentaristas procuram explicar esse texto partindo da experiência universal que o corpo humano, depois de morto, se converte em “pó”; por isso, segundo o modo primitivo de tirar a conclusão, se diz que fundamentalmente está feito de “pó”. Esta origem do corpo humano a partir do pó aparece na literatura clássica greco-latina como também no folclore oriental. Outra hipótese, proposta por alguns intérpretes, admite a possibilidade de tratar-se de uma etimologia popular do nome “Adão”, significando “aquele que é feito de barro vermelho” (*’adamah*), o que permite estabelecer uma analogia entre as partículas do corpo físico e o “pó da terra”.

Estrutura literária

1. Exortação ao reconhecimento de Deus
2. Descrição do inverno
- 3-5. Prenúncio do fim da vida
6. Perda dos bens
7. Perda da vida

Comentário

1 Exortação ao reconhecimento de Deus. Trata-se do conhecimento humano mediante a capacidade de recordar espontaneamente o passado, mas também por meio da reminiscência dos dados cognitivos, que foram assimilados durante a vida de cada pessoa. Não é por acaso que o autor use o verbo "lembrar" para referir-se à assimilação de conhecimentos, pois na juventude se adquirem novos, ao passo que na velhice se evocam idéias e eventos passados. O próprio conteúdo das recordações que são evocadas na memória dos velhos não vem de eventos recentes, mas do que se passou "nos dias da juventude". Se, portanto, às experiências da juventude forem associados conteúdos das vivências de fé e das convicções religiosas, na velhice serão esses conteúdos que terão prioridade nas recordações de experiências passadas. A explicação parece estar na *fixação* das vivências pessoais no contexto da comunidade dos fiéis, na *conservação* delas pela interiorização das exigências anexas, na *evocação* dos ensinamentos em encontros comunitários, e no *reconhecimento* inspirado por um sentimento de familiaridade originado na experiência pessoal de união com Deus. Os temas que foram evoca-

dos na liturgia transmitem a revelação divina através da autocomunicação de Deus através da história religiosa do seu povo. O significado do verbo "lembrar-se", neste contexto, é bem apropriado à situação de pessoas idosas que já não estão em condições de freqüentar assiduamente as celebrações litúrgicas, mas se encontram confinadas em casa, presas a uma cadeira de rodas ou acamadas. A única maneira de associar-se espiritualmente à comunidade dos fiéis, reunidos em liturgia, é através de sua prece e da recordação do passado, quando pessoalmente participavam da sagrada liturgia.

2 Descrição do inverno: A época do ano que entra em questão é o inverno e não o outono, porque no Oriente Médio é essa a estação chuvosa; o céu está encoberto de nuvens e o tempo enevoado. Os fenômenos da natureza, típicos da estação do inverno palestinese, são imagem do declínio da vitalidade dos velhos.

3-5 Prenúncio do fim da vida: em sucessão progressiva aparecem os sintomas de enfraquecimento das forças vitais do homem. A descrição dos achaques e as circunstâncias do fim da vida temporal ressaltam cinco características da experiência traumatizante da morte biológica: a) inelutabilidade, b) inexorabilidade, c) temibilidade, d) iminência, e) universalidade.

3 Definhamento do corpo humano, cujos braços, pernas, dentes e olhos estão sofrendo desgaste e declínio. Embora as partes doentes do corpo possam ser recuperadas em clínicas e

consultórios médicos, não há uma cura definitiva para as doenças pois todos têm de morrer: é a *inelutabilidade* da morte.

4 *Enfraquecimento* dos meios de comunicação: os lábios debilitam-se, a boca definha, a audição dificulta-se e o ouvido fica surdo; sintomas da *inexorabilidade* da morte.

5 *Declínio* dos meios de locomoção: medo das alturas e sobressaltos no caminho plano; trata-se da *temibilidade* da morte.

Época de transição entre inverno e primavera, no hemisfério norte, como momento próprio da morte iminente dos velhos: a) no final de janeiro e início de fevereiro; b) no começo da primavera; c) na mudança de temperatura fria para temperada da primavera: indício da *iminência* da morte.

Os *ritos fúnebres*, celebrados pelos povos mais diversos, são a última homenagem prestada aos defuntos, significando a *universalidade* da morte.

6 *Perda dos bens*: A idéia do despojamento de todos os bens do falecido na hora da morte é expressa em *Coélet* (5,14) e em *Jó* (1,21): "nu saí do seio de minha mãe e nu voltarei a ela (i.é, à mãe terra)". A atitude que se visa suscitar nos velhos não é de resignação fatalista, revolta ou desespero, mas de confiança filial no Criador que agraciou suas criaturas com muitos bens durante a vida na terra para proporcionar-lhes a felicidade. Há uma relação entre o domínio temporal do homem sobre o usufruto dos bens e o domínio absoluto do Criador sobre o universo para manifestar a sua perfei-

ção pelos bens que transmite às criaturas como sinal de sua benevolência. Essa relação entre Criador e criatura quer levar-nos a reconhecer a finalidade da própria criação, cujo objetivo é a glória de Deus e a felicidade do ser humano. Nisto podemos encontrar um argumento da imortalidade com base no anseio de felicidade a ser plenamente satisfeito que, para ser verdadeiro e profundo, tem de ser perene, para além da morte.

7 *Perda da vida*: A morte do ser humano implica a separação definitiva da alma e do corpo. As imagens dos elementos constitutivos do ser humano são tiradas do livro do Gênesis, com algumas variantes: "pó da terra" é alusão a Gn 2,7 "pó do solo"; a frase "volta à terra" alude a Gn 3,19 "voltarás ao solo, pois dele foste tirado". Quanto ao elemento espiritual ocorre a palavra "espírito" (em hebr.: *rûâh*), que é diferente das palavras usadas em Gn (2,7), tais como "sopro" (em hebr.: *nêšamâ*) e "alma" (em hebr.: *nefesh*). As variantes podem ser atribuídas aos diferentes contextos literários seja do livro do Gênesis ou de *Coélet*. Assim, segundo a antropologia hebraica, o homem, em todo o seu ser, é ao mesmo tempo "carne" (ser mortal), "alma" (dinamismo vital difundido em toda a pessoa) e "espírito" (vida unida à sua fonte divina).

No livro do Gênesis consta o relato da criação do homem na terra. É de notar-se que a interpretação do texto bíblico tem de levar em conta sua característica como meio de comunicação da revelação divina, com duplo

objetivo: primeiro, o *ensino* de uma verdade e, segundo, a *refutação* de um mito pagão. Esse texto visa ensinar-nos que o homem é criado na terra e, ao mesmo tempo, quer refutar o mito egípcio sobre a matéria cósmica que se teria usado na criação do corpo humano. Implica também a rejeição do mito da preexistência de membros humanos em forma separada que, antes da criação, se encontrariam no firmamento e posteriormente teriam sido ajuntados num corpo terrestre, segundo a mitologia egípcia.

Na concepção mítica dos antigos egípcios, o homem é apresentado como um microcosmo, isto é, um determinado organismo vivo, cuja imagem estaria localizada no firmamento, espaço ocupado por uma divindade que representa o macrocosmo, isto é, o universo concebido como um organismo vivo. Cada um dos membros humanos se encontraria no céu empíreo acima do zodíaco, em áreas alocadas a outros 36, ou 12 deuses. Isto se interpreta literalmente no sentido de cada membro do corpo humano possuir uma peça sobressalente no macrocosmo, situado no firmamento. Assim cada membro do corpo existiria separadamente no firmamento antes de ser constituído como parte integrante do corpo terrestre de um indivíduo, isto é, a *preexistência do corpo*. Após a morte, cada uma das partes do corpo juntamente com a alma retornaria para o firmamento. Por outro lado, no orfismo e na filosofia platônica se ensinava a *preexistência da alma* independente do corpo terrestre.

Na antropologia bíblica, a origem do

homem se situa na terra e não no firmamento. Seus elementos corpóreos têm muita coisa em comum com os outras criaturas sobre a terra: esses elementos têm analogia com as partículas do “pó da terra” e não têm nada a ver com matéria sublimada, que se encontraria no firmamento. Além disso, a analogia entre o “pó da terra” e a matéria corpórea ilustra o fato de que o corpo humano não é substância completa, pois precisa da alma para lhe dar forma e para começar a existir, no momento da união de ambos; é que a alma se une ao corpo organizado e não aos elementos em vias de nele se integrar. Por conseguinte, não se aceita a crença na preexistência do corpo nem na origem do corpo antes da alma. Tampouco se pode admitir a concepção errada da preexistência atual de infinitas almas que se uniriam a diversos corpos. Finalmente, não é possível que uma alma penetre em qualquer corpo humano, devido ao princípio de proporcionalidade entre a alma deste homem e o corpo do mesmo homem.

O que nos desperta o interesse no texto bíblico da criação do homem não é o “ser” do homem, mas sim o seu “devir”. Para expressar isso, o autor emprega uma metáfora como meio de transmitir a mensagem divina. Trata-se do processo de hominização, que não está sujeito à necessidade absoluta de um determinismo biológico, mas depende do conjunto de condições e causas da evolução e da causalidade criadora de Deus. A maneira sugestiva de mostrar o ser humano como obra-prima da criação é a metáfora do Criador

personificado pela figura de um artista plástico. O remate final da atividade criadora é o tratamento todo especial dispensado à figura humana que recebe da boca do Criador o hálito de vida, visualizando-se nesse gesto duas coisas: primeiro, o dom da vida é um dom gratuito de Deus, segundo, a incomparável *dignidade da pessoa* e a função de *interlocutor com Deus* são poderosos estímulos para o homem usar sua voz, sua boca e seus lábios na proclamação da fé, no ensino das verdades divinas e na oração litúrgica da comunidade dos fiéis. É disso que a anção tem de se lembrar, como *Coélet* o diz expressamente.

O autor bíblico apresenta também outra imagem do homem. Acentua a sua fraqueza e caducidade, já que o homem é formado do pó da terra e pelo sopro da vida que Deus lhe inspirou, o que faz dele um ser vivente. Deus pode retirar esse sopro vivificador do homem, como diz *Coélet*: “o pó voltará à terra, como era, e o espírito voltará a Deus que o concedeu” (12,7). Entretanto, o “espírito” não é um fantasma sem identidade nem valor, já que estará acompanhado do fruto das obras realizadas durante a vida terrestre: “as obras dos falecidos acompanham-nos” na ida para o encontro com Deus (Ap 14,13).

Coélet trata do destino do ser humano após a morte: “o espírito volta para Deus, que o concedeu”. O significado desta frase se interpreta não por meio da teoria grega da imortalidade da alma, nem à luz da hipótese de que sua “alma” seja absorvida por Deus, mas

sim no sentido de plenitude do “espírito”, isto é, a vida unida à sua fonte divina.

Convém ter presente o fato de haver grande diferença entre as reflexões humanas que se sublimam na transcendência, e os dados da revelação divina sobre os dons preternaturais. Assim, por exemplo, as especulações metafísicas sobre a imortalidade da alma procuram explicar a sobrevivência apenas do elemento espiritual do homem. Por outro lado, à luz da revelação divina, cremos na sobrevivência do “homem todo” depois da morte, graças ao dom preternatural concedido por Deus (1Cor 15). É de notar-se, porém, que essa sobrevivência comporta dois estados distintos: glorioso ou réprobo (Jo 5,29). Por isso, *Coélet* chama a atenção dos jovens para que, no desfrute da alegria da vida, se lembrem de sua responsabilidade sobre o seu agir. Pois vão dar contas a Deus sobre todas as ações.

Contexto

O “poema sobre a velhice” está inserido no contexto das reflexões sobre a vivência de uma espiritualidade alegre e a perspectiva da autotranscendência do homem. Essa vivência alegre é recomendada por *Coélet* no “poema sobre a juventude” (11,7-10). Com palavras bem sugestivas, o autor aconselha os jovens a desfrutarem do dom precioso da vida enquanto tiverem saúde, porque regozijar-se nos anos da juventude é próprio de um sereno e confiante otimismo. Por outro lado, pessimismo e vida desregrada com da-

nos à saúde privam o jovem da alegria. Lembra-lhes também a não esquecerem a responsabilidade de seus atos perante Deus, a quem deverão prestar contas da vida passada. Após o "poema sobre a velhice" segue o epílogo do livro (12,8-14), no qual o autor retoma a temática de sua reflexão sapiencial sobre a "fugacidade da vida" (em hebr.: *hebel*). Não são considerações teóricas sobre a vida humana ou motivações que incentivaram as atividades profissionais e o desempenho dos afazeres cotidianos, mas reflexões imbuídas de uma vivência da espiritualidade bíblica sobre a fruição do dom da vida, inserida no tecido biológico e sociológico, continuamente vitalizada pelo sonho do mortal do Criador.

Conclusão

A mensagem do "poema sobre a velhice" tem valor perene pela reflexão

sobre a autotranscendência especialmente nas *situações-limite* entre a fugacidade da vida e o perigo de morte, entre a fé na ressurreição dos mortos e a incerteza a respeito do destino: uma eternidade feliz ou infeliz. É de notar-se, porém, que não é à luz da reflexão teórica sobre a autotranscendência que se abrem novas perspectivas, mas na angústia e na inquietação sobre a "fugacidade da vida", bem como na busca de uma resposta às incertezas que atormentam o ser humano. Nesses estados de espírito, as pessoas descobrem não somente a ruptura e a contradição entre o que se é de fato e o que se aspira a ser, mas também sua grandeza como criaturas de Deus e o sentido de sua trajetória.

Endereço do autor:

Cx. Postal 135

88010-970 - Florianópolis - SC

E-mails: peluis@colegiocatarinense.g12.br

lstadelmann@yahoo.com

**QUESTÕES PARA
AJUDAR A LEITURA
INDIVIDUAL OU
O DEBATE EM
COMUNIDADE**

- 1- Como a mensagem da Sagrada Escritura sobre a velhice pode ajudar a refletir sobre o tema da Campanha da Fraternidade de 2003?
- 2- Como as diferentes abordagens da temática do Livro do Coélet podem ajudar a compreender a mensagem central que o autor do Livro quer transmitir?
- 3- Para você, quais são as principais "lições" que podemos aprender da leitura orante do "Poema sobre a velhice"?

A transparência na formação¹

KEVIN FLAHERTY, SJ

A transparência na formação é um tema recorrente nas reuniões de formadores e nas conversas com os formandos. Temos diante de nós um grande desafio: fomentar entre os jovens em formação sua capacidade de serem transparentes com superiores e acompanhantes espirituais. E isso depende de muitos fatores. Para entender e facilitar o processo de crescimento e comunicação que nossos jovens têm que ir adquirindo, será bom ver quais são os desafios que poderiam ser obstáculos para uma partilha em profundidade.

Nossos jovens crescem em uma cultura que chamamos “pós-moderna”, uma cultura que acentua mais a imagem que o substantivo. A instituição familiar está debilitada e com frequência não promove entre seus membros a auto-aceitação e a comunicação aberta. Na hora de selecionar nossos candidatos, é importante levar em conta alguns estilos de personalidade e padrões de comunicação interiorizados na família de origem, que influenciam na sua capacidade de auto-revelação e diálogo. A transparência tem que ser fomentada dentro do marco da vida comunitária. Se não se respira em nossa

vida comunitária um ambiente que anime a uma vida como “amigos no Senhor”, o jovem defenderá sua imagem e cairá num individualismo defensivo. Quase todos tendemos a ser reservados nas dimensões mais vulneráveis de nossa vida e história, até que um acompanhante se mostre empático e confiável.

Os superiores e acompanhantes dos jovens facilitam a transparência quando têm habilidades para a comunicação e um espírito que os convida a crescer integralmente em sua vocação. Seja nas relações de acompanhamento, ou em terapia, ou na transparência requerida na Companhia de Jesus, sempre acontecem resistências psicológicas diante do fato de ter que se tornar vulnerável perante o outro em temas que suscitam angústia e até temor à negação de si mesmo. Possivelmente não há qualquer dimensão tão sensível e carregada de vergonha e culpa como a sexualidade que atravessa a totalidade da vida psíquica de cada pessoa.

Antes de ver algum dos temas assinalados, será conveniente recordar alguns conceitos da psicologia. A mente organiza a experiência por meio do que chamamos “esquemas”. A percepção

¹ Palestra proferida pelo autor num encontro latino-americano de formadores jesuítas (2002). Por se tratar de um texto cujo conteúdo é de grande atualidade e interesse para a Vida Religiosa em geral e não só para a Companhia de Jesus, julgamos oportuno publicá-lo na íntegra, com autorização do autor.

seleciona e interpreta o bombardeio de estímulos que nos chegam do ambiente, segundo esquemas mentais que ordenam e interpretam a experiência. Os esquemas chegam a ser os blocos construtivos da cognição. Os estudos da cognição humana mostram que a informação recebida está organizada em pacotes que têm um significado coerente. Em nossos processos de desenvolvimento, aprendemos a processar experiências e informação segundo os esquemas construídos nas diferentes etapas da vida. Os esquemas não somente organizam o que está processado pela cognição, mas também filtram e eliminam o que não cabe nos esquemas estabelecidos.

Os esquemas determinam o que vemos e o que percebemos em um quadro, mas também chegam a ser como teorias que, sem estar articuladas, dirigem a maneira como interpretamos os fatos, interações e percepções da vida. Os esquemas estão assimilados e moldados por nossa cultura, família, educação e maneira de pertencer a diferentes grupos. Os esquemas pessoais se estendem desde o reconhecimento das letras do alfabeto até as verdades culturais e ideológicas.

Nos esquemas, a cognição e a emoção se encontram. Certas idéias, memórias e experiências suscitam reações positivas ou negativas. Sentimo-nos seguros quando o mundo é coerente com nossos esquemas, e há perplexidade e confusão quando nossa maneira normal de entender é questionada. Tendemos a desenvolver esquemas que se enquadram na maneira como recor-

damos nossa narrativa pessoal e a imagem de nós mesmos. A angústia brota quando a própria imagem se vê desafiada, seja pela dor que produz a lembrança dos sofrimentos do passado, seja por ter que enfrentar uma verdade penosa no presente. Os mecanismos de defesa são manobras mentais que protegem as pessoas de suas angústias por meio de modificações, distorções e/ou repressões do que foi aceito no consciente. Os mecanismos de defesa podem ser empregados frente a ameaças particulares, mas também estão incorporados e têm muita influência no desenvolvimento da personalidade. Para proteger nossa própria imagem ou nossa forma de construir a realidade, utilizamos distorções e ilusões que nos oferecem um sentido de segurança.

É possível entender as diferentes escolas de terapia como tentativas de reparar e reformular os esquemas mentais de cada um. A pessoa se vê limitada por esquemas de cognição e emoção construídos no passado e que resultam destrutivos no presente. A associação livre de Freud convida a pessoa a se permitir possibilitar que o reprimido entre em sua consciência. O longo processo de desmascarar as defesas promove a aceitação do negado e a reconstrução da narrativa pessoal. Os psicólogos cognitivos ajudam a pessoa a descobrir seus "supostos" ou crenças profundas, que são aquilo que guia seu pensamento e conduta. Centrar o enfoque no presente facilita a construção de esquemas de pensar e atuar que permitem uma vida mais eficaz e satisfatória. As terapias familiares foca-

lizam as dinâmicas dos esquemas partilhados pelos membros da família para criar novos esquemas de entendimento das funções e interação.

Em cada terapia, a pessoa encontra o conceito de resistência de formas diferentes. É difícil aceitar o doloroso, a vulnerabilidade, a fragilidade de si mesmo. A pessoa não quer sua própria verdade e crê que não vai ser aceita nem pelos que a rodeiam nem por seu acompanhante. Neste sentido, na maioria dos casos, não há mentiras na terapia, mas há uma capacidade crescente de aceitar a própria verdade. Vai-se descobrindo a verdade de si mesmo na medida em que a aceitação do outro convida a encarar-se com seus próprios desejos, dores, experiências e esperanças. O processo de autoconhecimento e auto-aceitação está vinculado à relação de confiança com o terapeuta. No melhor dos casos, a pessoa tem confiança para aprofundar os temas mais sensíveis e delicados quando se sente aceita e respeitada.

A Cultura

Vale a pena mencionar alguns fatores culturais que influem na psicologia dos jovens de hoje. Eles crescem em um mundo pluralista que lhes oferece um leque de ofertas variáveis. Alguns são filhos não somente de seus pais, mas também dos meios de comunicação. Da mesma maneira que são mais tolerantes, tendem a ver tudo com um relativismo pragmático preocupante. Valorizam a amizade, gostam de partilhar e dialogar, mas podem ficar com o superficial e afetivo em vez de anali-

sar e valorizar criticamente as propostas culturais, sociais, políticas que se colocam diante deles. Para muitos, as utopias foram os sonhos de seus tios, e as instituições são vistas com suspeita e desconfiança. São generosos e têm um grande desejo de ajudar os necessitados, porém são acompanhados de uma sensação de que não podem mudar as estruturas da sociedade. Para eles, o mais importante é o que vivem no presente, enquanto a história pertence a outros, e o futuro é um incerto desconhecido.

Vários autores destacam a fragilidade psíquica dos jovens. As mudanças sociais tão rápidas, a desconfiança nas instituições culturais e a deterioração da família debilitaram os muros de contenção que fortaleciam a estrutura pessoal. Um maior número de jovens cresce em uma sociedade massiva, que não brinda instituições locais que sirvam como redes de apoio e pertença. O relógio social de acontecimentos culturais já não marca a progressão da vida. Em contraste com o passado, a puberdade se inicia mais cedo, e a juventude não termina até os 25 ou 30 anos. Os jovens correm o risco de assumir "identidades emprestadas" e às vezes ficam fragmentados e sem um sentido de identidade sólido. Muitos jovens refletem, em sua busca de gratificações imediatas, a sociedade de consumo na qual cresceram. Em geral, buscam maiores comodidades e cuidam muito de seus corpos; muitos tiveram experiências sexuais desde muito jovens e depois, com o transcorrer do tempo, descobrem que as relações profundas se

constróem com muito mais coisas que com o mero compartilhar sexual.

As crises das instituições afetam os jovens. Muitos cresceram em sociedades onde a palavra perdeu seu valor. Os jovens da América Latina são testemunhas do fracasso de inúmeros governos. Os discursos populistas encobrem as denúncias de corrupção e manipulação. Em muitos setores populares, a educação é de muito baixa qualidade e costuma estar centrada em um estilo memorístico e autoritário. Às vezes aprendem a dizer o que o professor quer escutar, em vez de formular sua própria opinião. A Igreja também representa uma instituição ambígua. A discrepância entre o ideal e o real se torna cada vez mais e mais evidente. Um jovem que tenha 20 anos não lembra a figura de um Papa vigoroso e pode ser levado a ver na hierarquia umas pessoas irrelevantes para a experiência juvenil. Embora os escândalos dos abusos sexuais não tenham ainda chegado à imprensa latino-americana com força, qualquer jovem já sabe sobre os filhos de alguns sacerdotes, sobre a pedofilia e abusos com jovens e sobre a vida não coerente de muitos outros. Para muitos jovens, a família não oferece um ambiente de carinho e segurança. Os divórcios e segundos compromissos são comuns na maioria de nossos povos. Encontramos com frequência uma ferida familiar nos jovens que cresceram em lares sem pai, ou com uma figura paterna mais distante.

A Família

A família, em formas positivas e ne-

gativas, ensina, modela, anima e censura a maneira como a pessoa se comunica com os demais. O linguajar, que é em si um desafio, é somente o veículo para comunicar a complexidade do que experimentamos nas relações com nós mesmos e com os demais. Desde a primeira comunicação não verbal entre a mãe e o bebê, (alguns assinalam até a comunicação pré-natal) até a capacidade de resolver os conflitos da adolescência e juventude, a pessoa internaliza os padrões de comunicação da família. Se a família não compartilha emoções em suas interações, o filho não aprende a mencionar os afetos internamente, ou a expressá-los. Se o conflito, a expressão de carinho e moléstia, o falar da sexualidade são tabus para os pais, o filho sentirá que está pisando um terreno sem mapa, quando encara as mesmas dimensões em sua vida. Além do mais, em muitas famílias pobres, o linguajar e a falta de educação adequada são limitações para a criação dos filhos. Entre as carências afetivas do pobre, com frequência se encontra a falta de palavras para expressar sua dor e sua luta para viver.

Existe, ainda, o suposto de que a educação afetiva suficiente se dá no ambiente familiar de um modo natural. Mas os divórcios e a necessidade de escolas de pais em cada classe social nos indicam que a maioria das pessoas não consegue ter a capacidade de comunicação necessária para relacionar-se com transparência e eficácia. O êxito do conceito da inteligência emocional aponta para a importância da comunicação intra e interpessoal para

lidar com as relações afetivas e profissionais. É importante ter em conta que os candidatos que aceitamos vêm com sua história pessoal e que têm internalizadas as dinâmicas familiares e seus esquemas profundos de comunicação interpessoal. No processo de formação, aprendem-se esquemas novos, mas se há traumas e uma família de origem com problemas graves, é bom lembrar que devemos ser realistas com relação ao que esperamos da pessoa. Não podemos esperar mais do que o normal.

As oito etapas de desenvolvimento psicossocial de Erikson estão refletidas nos esquemas cognitivos e afetivos que emergem na maneira como a pessoa se relaciona com os demais. Já que cada etapa se centraliza em uma crise, o modelo progressivo mostra-nos que as experiências fundamentais de cada crise estão presentes antes e depois das diferentes etapas. Por exemplo, entre os 3 e 7 anos, a pessoa enfrenta, de uma maneira crucial, a resolução de iniciativa versus culpa. Mas há experiências de culpa antes, e, sem dúvida, durante toda a vida. A desconfiança, vergonha, culpa, o complexo de inferioridade, a confusão de identidade e o isolamento interagem e limitam a possibilidade de relações maduras e transparentes.

Nos últimos 20 anos, diferentes correntes psicológicas deram uma crescente importância ao papel da vergonha nas dificuldades psicológicas. Na teoria psicodinâmica tradicional, a vergonha se dá quando alguém não consegue alcançar as expectativas do ideal do superego, e a culpa é o resultado da

transgressão dos costumes ou regras do superego. Enquanto Freud enfatizava a culpa, já muitos autores percebiam a sombra de vergonha nas mesmas dinâmicas, e outros notam como a vergonha chega a ser uma emoção mestra em algumas famílias e pessoas.

A culpa é a percepção que alguém sente de haver cometido uma transgressão. Fez-se algo "errado". Mas a vergonha é a pessoa sentir que falhou, que é incapaz ou inferior. É uma ferida narcisista profunda, que perdura e reabre quando se percebe uma ameaça sobre a integridade de si mesmo, que se manifesta na baixa auto-estima ou na necessidade de encobrir a sensação de ser inferior, com uma fachada de competência e segurança. Poucas vezes a vergonha aparece sozinha. Com frequência a pessoa sente-se envergonhada por ter culpa ou por sentir um desejo que não é aceitável. Sem entrar em mais debates psicológicos sobre o tema, podemos captar o impacto que, a longo prazo, pode provocar em um menino de 5 anos o escutar repetidamente: "você é mau" porque fez tal coisa, em vez de escutar somente: "você fez algo errado".

Algumas pessoas que nascem com um temperamento associado à timidez, parecem experimentar a vergonha com maior facilidade. A vergonha é uma emoção que aparece a partir dos oito meses e chega a ser comum o temor das crianças diante de pessoas desconhecidas. Erikson põe a crise da vergonha e dúvida versus autonomia entre um e três anos. O mesmo período, para Freud corresponde à etapa anal

com o desenvolvimento do controle dos esfíncteres. A família é o foro principal da internalização da vergonha no período de crise infantil e nos anos seguintes. Mas a vergonha na interação com os pares e nas experiências do colégio podem marcar uma pessoa para toda a vida. As culturas dão expressão à vergonha de diferentes formas e podem estar identificadas como mais ou menos propensas a utilizar a vergonha como um mecanismo principal de controle e socialização.

É mais fácil sentir alívio e expiação pela culpa do que livrar-se da vergonha ou da dúvida existencial. A vergonha, às vezes, não é percebida por si mesma, mas experimenta-se como um estado de mal-estar e inferioridade que leva a pessoa a esconder-se de si mesma e dos demais. Desde muito cedo, o filho pode desenvolver a impressão de que não satisfaz as expectativas de seus pais. Teme a perda de seu amor, e, em consequência, a ligação com sua família. Também costuma ter a sensação de que não pode proteger seus seres queridos (incluindo-se a si mesmo) do perigo ou dor. Diante de sua falta de controle frustra-se e fica furioso com os outros. Sua raiva volta-se contra si mesmo e busca esconder-se da vista de todos. A vergonha se enlaça com outras emoções, mas muitas vezes não é tão fácil de ser identificada. Esconde-se atrás de outras emoções, nega-se ou mascara-se com os consabidos mecanismos de defesa.

Todos experimentamos vergonha no processo do crescimento. Uma dose saudável de vergonha ajuda a pessoa, a família

e a sociedade. Viveríamos em um mundo de pesadelo se todos fôssemos "sem vergonha". Mas a vergonha desproporcionada pode chegar a ser uma vergonha tóxica que contamina a percepção de si mesmo e as relações com os demais. Algumas situações familiares associadas com a internalização da vergonha patológica costumam ser: o abandono, a freqüente negação ou, envergonhando os sentimentos da criança, o alcoolismo, a violência doméstica e o abuso emocional, físico, ou sexual. Também o filho se identifica com sua família. O divórcio, a ausência do pai ou da mãe, as dificuldades de saúde mental, ou a sensação de ser mais pobre ou menos que outros em seu ambiente podem provocar experiências duradouras de vergonha.

A vergonha inibe uma visão clara de si mesmo e torna difícil a transparência com os outros. Os mecanismos de defesa que protegem contra a ansiedade defendem a pessoa contra a vergonha que funciona como uma ameaça à integridade do eu. Pessoas que cresceram em famílias marcadas pela vergonha são susceptíveis de sentir vergonha na interação com outros. Com freqüência fogem de alguns temas ou montam um sistema de radar para se proteger contra momentos de possível vulnerabilidade. A questão dos limites é um desafio na relação. Podem estar cegos ante suas próprias necessidades e emoções e tentar comprazer os outros, ou, ao contrário, estar demasiado centrados em si mesmos, ser defensivos, estar propensos e colocar a culpa nos outros.

A vergonha está vinculada a comportamentos compulsivos que se dão em uma grande variedade de dependências. A dependência, ou o comportamento compulsivo que tende para a dependência, normalmente inclui todo um ciclo de pensamentos, sentimentos e comportamentos. A negação, dissociação e racionalização são utilizadas para minimizar e justificar a dependência diante de si mesmo e para mantê-la em segredo diante dos outros. O método grupal dos alcoólicos anônimos se aplica com êxito ao tratamento de dependências em drogas, transtornos alimentares, dependências sexuais e lúdicas. O grupo oferece o apoio fraterno que facilita a aceitação da verdade e é capaz de desmascarar as defesas que prolongam a dependência. A mesma dinâmica grupal se aplica de diferentes formas em grupos de terapia, ajuda mútua, e até em algumas comunidades de base.

No tema da transparência e suas raízes na família, é bom lembrar que um número significativo de nossos jovens procede de lares onde a figura paterna está ausente, foi distante, débil ou hostil. Às vezes, como contraponto, a figura materna foi idealizada, mas, às vezes, também pode ser possessiva, dominante e intrusa. As duas figuras, ou sua combinação, podem criar um sentido de vergonha no filho. A relação paterna, ou a falta de relação, influencia as transferências que existem em qualquer relação de acompanhamento e autoridade. Às vezes a transferência negativa projeta as dinâmicas da relação prévia para a relação com o forma-

dor. Suspeita, temor, busca de erros e tendência a discutir podem marcar a relação. Em outros momentos, idealiza-se o formador como "o bom papai". As equipes de formação devem estar atentas à cisão pela qual uma pessoa se converte, ou já se converteu, em "o bom" ou em o "mau". Se um formador é consciente da presença de transferência, especialmente das positivas, pode ser de uma grande ajuda no crescimento e transparência do acompanhado. Quando se dão transferências negativas, é importante que o formador não caia no perigo da contra transferência negativa que responde às necessidades inconscientes do outro.

A Comunidade

Da mesma forma que a família, a comunidade funciona como um sistema que tem suas próprias regras públicas e tácitas e seus próprios esquemas, os conhecidos e os não articulados. Na comunidade formativa, afirmamos que os jovens são os primeiros responsáveis por sua própria formação. Reconhecemos que a formação é um subsistema da província. Criamos uma dissonância cognitiva, ou uma confusão, quando exigimos o ideal da Vida Religiosa para os jovens, enquanto eles mesmos são testemunhas da vida dos religiosos mais antigos, que vivem segundo suas próprias regras. Está claro que é preciso examinar o individualismo e a falta de transparência dos jovens, mas eles se dão conta de que se preparam para viver em umas comunidades onde, quase sempre, há pouca partilha afetiva e uma resistência muito

forte ao toque em comunidade. A maioria dos melhores jesuítas trabalha mais só do que em equipe, e é mais propensa a animar os leigos para que partilhem sua vida, do que a se abrir em profundidade com seus irmãos de comunidade. Documentos recentes da Companhia de Jesus que tratam da vida comunitária indicam que a transparência, entendida como um valor comunitário e como indispensável na relação com o superior, é um desafio para todos. Possivelmente, ao analisar a juventude em questões culturais, nós mesmos nos vemos refletidos na problemática juvenil.

A transparência que pedimos na Companhia de Jesus se dará dependendo da capacidade de intimidade psicológica que possuímos. A transparência com o superior e com os acompanhantes também reflete a maneira como compartilhamos nossa vida em comunidade. A auto-revelação requer que haja primeiro uma auto-aceitação e um autoconhecimento básicos. A intimidade na vida adulta é desejo de proximidade e de compartilhar os pensamentos e sentimentos mais profundos com os outros. Inclui diálogo, atividades mútuas, apoio e segurança, sentimentos positivos, respeito aos limites pessoais e negociação de expectativas, crescimento psicológico e um crescente conhecimento e apreço por si mesmo e pelo outro. Pode-se dizer que a transparência que pedimos ao jesuíta jovem é a de compartilhar sua vida com o Senhor, seus desejos, relações, processos e lutas. Isso mostra uma maturidade que reflete a etapa de intimida-

de da teoria de Erikson. O jovem, com um sentido de identidade obtido na adolescência, busca a quem amar, a qual pessoa ou grupo pertencerá, e quais serão as crenças e opções profundas que guiarão seu futuro. A pessoa não cresce só, mas sim, em relação com os outros. A pessoa que não alcança a capacidade de intimidade ficará ilhada e mal preparada para a fecundidade da vida adulta.

Há pouco tempo, em uma conversa com um jovem que deixou o noviciado há cinco anos, perguntei-lhe sobre o que havia aprendido em duas relações profundas de namoro que havia tido nesse tempo. Ele me contou como se descobriu mediante a relação com essas pessoas. Aprendeu a conhecer seus afetos e desejos, porém também seus ciúmes e seus pontos cegos. Já sabe que deve falar de seus sentimentos e não postergar ou fugir dos conflitos que costumam ocorrer em qualquer relação. No amor compartilhado ganhou confiança em si mesmo, com suas limitações e potencialidades. Fiquei, depois de escutá-lo, com uma pergunta me martelando: teria crescido tanto na Companhia de Jesus? Seus ex-companheiros terão amadurecido tanto em comunidade como ele em suas relações amorosas? As perguntas continuam aí pendentes.

Se quisermos que os jesuítas jovens sejam transparentes, é importante que trabalhem a transparência em nossas comunidades apostólicas, coisa que aparece com força numa carta do P. Geral da Companhia de Jesus sobre a formação permanente. A correção fra-

terna dos primeiros anos ajuda, mas às vezes não foi incorporada ao estilo de vida de nossas comunidades apostólicas. Em vez de esperar relações mais profundas e fraternas com o passar dos anos de formação, alguns jesuítas jovens esperam mais autonomia, independência e liberdade individualistas. É o espelho no qual com freqüência se vêem. Às vezes não sabem criar amizades com pessoas que são diferentes e cortam a comunicação à primeira dificuldade interpessoal. Não são muito abertos para escutar a opinião dos outros, e, embora comentem de outras pessoas, temem dizer diretamente ao companheiro como o vêem. Os jesuítas jovens necessitam aprender a escutar e a compartilhar, a fazer sua auto-avaliação, e a encarar os problemas quando for necessário. Tenho a esperança de que os jovens aprendam progressivamente a sentir-se à vontade, confortáveis com o grau de intimidade que se obtém na Vida Religiosa. Um jesuíta maduro é aquele que mostra que é capaz de relacionar-se sadiamente em comunidade e no apostolado e que mantém algumas amizades profundas com outros jesuítas.

Para viver em comunidade necessitamos da capacidade de intimidade e da capacidade de comunicação que permitam o diálogo e a convivência em casa e no apostolado. A primeira relação de cada jesuíta é sua relação com o Senhor. Se esta relação matriz diminui com o tempo, as outras relações assumirão um tom diferente. Como tudo em nossa vida, a pedra angular tem que ser Cristo conhecido nos Exer-

cícios Espirituais de Santo Inácio e seguido nas diferentes etapas de nossa vida. A relação pessoal com o Senhor também depende de nossa capacidade de intimidade. A vida espiritual compartilhada em comunidade facilitará a transparência e a coerência nas outras dimensões da vida. Alguns de nossos jovens falam com seus companheiros sobre sua vida espiritual, outros são muito reservados em falar de seu coração e de como é sua relação com o Senhor. Sentem-se mais cómodos animando outros nas CVX (Comunidades de Vida Cristã) ou em outros retiros, para que compartilhem suas vidas, e abrindo-se eles mesmos aí, do que se abrindo ante seus "amigos no Senhor". No futuro os jesuítas se sentirão mais confortáveis falando da fé e da espiritualidade com outros, se conseguirem falar de seu coração, de sua espiritualidade, de Deus, com seus próprios irmãos.

O fato de vivermos em comunidades de um só sexo nos marca na convivência e nos estilos de comunicação. Os estudos de gênero mostram que os homens tendem a ter mais dificuldade com a intimidade. Nos grupos masculinos, os temas e as maneiras de relacionar-se mostram que, com freqüência, se dá muita competitividade, interesse pelo poder e necessidade de demonstrar que se é bem macho.

Os estereótipos da masculinidade e os esquemas recebidos da cultura e de muitas famílias não facilitam a auto-revelação, especialmente no que diz respeito à partilha de sentimentos de vulnerabilidade. Muitas famílias não

conseguem inculcar habilidades de comunicação porque não as têm e até ensinam os filhos que não devem sentir ou expressar seus sentimentos. Muitos homens, incluindo os jesuítas, são mais capazes de falar com liberdade a uma mulher do que a outros homens. As mulheres convidam a uma comunicação, à intimidade, enquanto entre homens há maior cautela e rivalidade.

Segundo vários autores, o temor do partilhar entre homens é, no fundo, uma questão de homofobia. Aproximar-se de um homem afetivamente, tornar-se vulnerável na partilha de debilidades e sentimentos suscita temores associados com a homossexualidade. Numa comunidade, os comentários, brincadeiras, caretas e gestos dos menos seguros de sua própria afetividade podem chegar a ser uma forma de censura e controle dos demais. Seja na mesa, na reunião comunitária, na partilha na missa ou, até mais prejudicial, nas conversas em grupos informais, alguns reafirmam esquemas culturais que dificultam a comunicação mais profunda. Tais atitudes, combinadas com desconfiança e hostilidade, costumam bloquear a comunicação grupal e aumentar a superficialidade. Para falar de si mesmo e de sua vida afetiva e pessoal, requer-se que a pessoa esteja suficientemente segura de si mesma e em relação com as pessoas de ambos os sexos.

Crescer na comunidade formativa depende de três fatores que são essenciais para o crescimento em qualquer organização. Primeiro, a pessoa que possui capacidades adequadas tem

que estar comprometida e disposta a esforçar-se para crescer e integrar-se à organização. Segundo, a pessoa se beneficia muito quando há "mentores" que servem como modelos e convidam a descobrir-se e a desenvolver seus próprios talentos. Terceiro, necessita-se de uma cultura organizacional que promova e reconheça o crescimento e alcance das pessoas. Os três fatores são chave para o crescimento na formação.

O compromisso pessoal de viver a vocação, a presença de mais velhos que saibam guiar e acompanhar, e a atitude dos formandos são indispensáveis para o crescimento. Numa empresa qualquer, o empregado novo pode estar limitado por seus companheiros de trabalho, seja por rivalidades, ou pela atitude de que se alguém trabalha mais, todos têm que produzir mais. O empregado novo aprende adaptando-se ao ritmo e estilo de seus companheiros. Algo similar ocorre em nossas comunidades de formação quando os valores tácitos dos jovens não correspondem aos objetivos professados. Se há atitudes dos formandos versus formadores, uma recusa aberta ou sutil à expressão e ao crescimento afetivo, ou uma resistência a trabalhar juntos para alcançar os melhores ideais da Companhia de Jesus os processos formativos ficam estancados. A transparência dos jesuítas jovens reflete suas atitudes e relações em comunidade. O homem que está crescendo e está apropriadamente aberto na comunidade vai ser mais apto para ser transparente com os superiores e acompanhantes espirituais.

Os Formadores

O superior e o acompanhante espiritual convidam os jovens para serem transparentes na relação que se estabelece com eles nas entrevistas e no estilo de vida que compartilham. Nos estudos de aconselhamento, os fatores constantes que têm que acontecer para que haja êxito no processo são a motivação do cliente e a capacidade do conselheiro para estabelecer e manter uma boa relação. Até mais importante que a escola de terapia é a relação brindada pelo conselheiro. Uma pessoa se abre e explora sua vida íntima quando da parte do acompanhante há respeito, proximidade, abertura e empatia em relação a ela. A empatia é uma atitude e um conjunto de habilidades de comunicação que levam a compreender o outro e comunicar-lhe essa compreensão. Os livros de aconselhamento e terapia assinalam que a empatia é um dom ou uma arte que se aprende e se aprimora com o estudo e a prática. Saber escutar, aprofundar e questionar requerem aptidões articuladas com a adequada preparação.

A atitude positiva e confiada do superior ou acompanhante em relação com os formandos promove a transparência. Como em muitas terapias, a pessoa vai comprovando se o acompanhante é uma figura segura que não vai criticá-lo ou humilhá-lo, ou se ele se mostra vulnerável. É importante cultivar uma atitude de não se surpreender ou reagir de forma moralista (ou demasiadamente psicológica) com quem o escuta. Sempre temos que ter em mente que primeiro é a pessoa e

depois a forma adequada de observar e responder a uma situação ou falta. Ao mesmo tempo em que o superior tem que ser claro e suficientemente firme em pôr limites e dar permissões na formação, seu estilo de utilizar a autoridade ganhará respeito e confiança ou repúdio e cautela por parte dos formandos. Tanto o superior como o acompanhante temos que aprender a perguntar com clareza e respeito, e questionar com delicadeza e firmeza. Às vezes, por pensar que vamos incomodar, ou por um falso pudor, não questionamos uma relação ou uma experiência que foi mencionada pelo acompanhado. Mais de uma vez escutei de sacerdotes jovens em crise que eles haviam tocado em temas similares durante a formação, mas não sabiam como ser mais claros, e os acompanhantes passaram por cima ou evitaram aprofundar a questão.

Às vezes, pelo fato de sermos jesuítas, pensamos que estamos preparados para acompanhar os processos dos jovens. Mas as complicações da vida contemporânea, a necessidade de alcançar uma maior integração sexual progressiva e a cura das feridas de tantos jesuítas jovens nos fazem conscientes da urgência de uma maior preparação de formadores. Há programas de espiritualidade e psicologia que brindam conhecimentos e capacidade para acompanhar e facilitar o crescimento. O formador sentir-se-á mais seguro acompanhando outros, se teve ocasião de aprofundar o conhecimento da sua própria vida. Aquilo que não foi encarrado em sua própria vida, será muito

difícil de ser aceito e confrontado na vida dos outros. É preciso ser consciente das próprias debilidades e estar alerta a seus esquemas afetivos e intelectuais se se quer estar aberto para receber o outro. A partilha pessoal e as interações comunitárias com os formandos tocam consciente e inconscientemente as teclas da história familiar e pessoal do acompanhante. Além de conhecimentos de espiritualidade inaciana e do amor pela Companhia de Jesus e por seus membros de carne e osso, é importante ter conhecimentos básicos do desenvolvimento humano, da sexualidade e de técnicas básicas de aconselhamento. É necessário preparar formadores, especialmente se são sacerdotes jovens e inexperientes, para um trabalho apostólico que exige aptidões necessárias para a formação.

Para fomentar a transparência, há algumas coisas práticas que devemos ter em conta. A confidencialidade e a clareza com os indivíduos são requisitos absolutos. Se alguém libera informação ou a usa de uma forma inapropriada, ou manipula a relação, perde a confiança do indivíduo e, provavelmente, a de seus companheiros. Os comentários que um formador faz sobre outros jesuítas, os temas e o tom de suas brincadeiras, as atitudes sobre a sexualidade e as queixas sobre a vida comunitária estão personalizados pelos formandos. Se os formandos percebem que um formador tem preconceitos ou é muito moralista em referência a um tema, eles evitarão expor com liberdade essas dimensões. Assim como o terapeuta precisa estar atento à trans-

ferência e a sua contra-transferência no consultório, um formador tem que procurar estar sadiamente consciente de suas relações na comunidade. Dentro do possível, tem que oferecer a todos um trato igual, marcado pela estima e pelo respeito. O ter favoritos ou rejeitados divide a comunidade e bloqueia a comunicação.

O superior e os acompanhantes precisam dedicar tempo à casa. O desafio para muitos formadores está em equilibrar as demandas da formação e as da vida apostólica. Em parte, a presença do formador é a prevenção de momentos de crise que não se revelarão senão muito tarde. Para criar um ambiente de confiança, é importante não mudar os elementos da equipe de formação com muita frequência, mas tampouco é justo deixar na formação alguém que esteja demasiado cansado ou que tenha perdido o gosto pela formação. Há compensações na vida com os jovens, mas o preço, especialmente nas primeiras etapas, é que se tem sempre que estar atento ao que se possa passar com os outros. Os formadores necessitam manter amizades com jesuítas e com outros de sua própria idade. Às vezes há uma rica vida comunitária na formação, mas o formador necessita satisfazer seus desejos de amizade e compartilhar com pessoas de sua própria idade e experiência.

A formação funciona melhor quando há uma equipe de formação na província e nas casas de formação. Uma visão partilhada, a divisão de regras e a comunicação apropriada facilitam a comunidade formativa. Segundo a eta-

pa de formação, alguns dos formandos chegam a ser amigos dos formadores. Dentro do possível, quando acontece uma relação horizontal na casa, essa promove uma saudável vida comunitária. Às vezes há uma tendência de infantilizar as pessoas na formação em vez de recordar-lhes que muitos estariam já casados, com filhos e trabalhando, se vivessem fora da Companhia de Jesus. Somos formadores e companheiros e, ainda que haja transferências bem exageradas, não somos os pais ou as mães de ninguém. Buscamos viver com naturalidade na casa, mas certamente a discrição e o saber quando é melhor que os jovens estejam sós ajuda os processos de formação.

Os Formandos

A transferência é a confiança para compartilhar os processos que cada um vive. Como acontece nos Exercícios Espirituais, nem todos são capazes de abstrair-se suficientemente para observar sua experiência subjetiva e comunicá-la aos demais. Para confiar no outro, a pessoa necessita de um conhecimento próprio e de uma auto-aceitação de si mesmo. É necessário um eu suficientemente consolidado e forte para distinguir comportamentos, desejos e emoções, sem perder o valor profundo de si mesmo. Ainda que haja momentos de crise, a pessoa tem a força do eu para se questionar e permitir que o outro não somente saiba de sua vulnerabilidade, mas também tenha a possibilidade de ajudar e confrontar. Uma relação de transferência suscita os esquemas, dinâmi-

cas familiares e feridas do passado. Se há suficiente maturidade, a pessoa se mostra capaz de conter a angústia psíquica provocada, reconhece as sensibilidades suscitadas e mantém a relação no enfoque do presente.

A transparência é condição *sine qua non* de nossa estrutura de governo que nos recorda a importância de uma seleção adequada dos que são admitidos à Companhia de Jesus. A pessoa traz para o Noviciado sua história pessoal e as dinâmicas psicológicas adquiridas na família e no círculo social onde cresceu. As carências, perdas, traumas e relações familiares distorcidas limitam os processos de desenvolvimento e se repetem em formas reconhecíveis e mascaradas na vida adulta. Há algumas pessoas que carregam tantas feridas psicológicas que nem com a ajuda de uma terapia conseguiriam o equilíbrio mental e a força heróica necessária para viver na Companhia de Jesus. Possivelmente, com as estruturas rígidas de antes, ainda presentes em alguns grupos religiosos, tivessem conseguido conter suas neuroses com um alto custo de si mesmos e, às vezes, dos companheiros com quem vivessem e trabalhassem. Ainda que haja estruturas indispensáveis na formação da Companhia de Jesus, temos que priorizar a capacidade do sujeito para internalizar nossas estruturas a fim de chegar a viver segundo “nossa maneira de proceder” como jesuítas.

Muitas congregações religiosas são testemunhas de como alguns jovens que respondem bem na etapa inicial da formação começam a entrar em cri-

se durante o juniorado. Pode ser que alguns jovens encontrem um lugar estruturado que traga carinho, segurança e ordem, um lugar que lhes permita viver reprimindo suas feridas, em vez de mencioná-las e começar a curá-las. Encontram, a princípio, o que receberam em seus lares, mas depois de um crescimento inicial, começam a se defrontar com as feridas mais profundas que se constituem em obstáculos para a integração plena na vida religiosa. Uma avaliação psicológica e um acompanhamento que penetre na história pessoal permitirão uma adequada seleção dos candidatos e um conhecimento mais preciso dos temas psicológicos que necessitarão de atenção nos anos seguintes.

No referente à transparência, é preciso reconhecer seus enredos, quando a pessoa cresceu em lugares onde havia diferentes formas de abuso ou relações muito difíceis com as figuras paterna e materna. Para algumas pessoas em formação, uma terapia adequada ajudará a curar as feridas e a viver com mais transparência e liberdade. Também a avaliação psicológica pode assinalar a presença de desvios de personalidade que são caracterizados por rigidez e inflexibilidade em seu estilo de ser e de perceber a realidade. Quando existe um desvio de personalidade, e não somente os traços associados com diferentes estilos de personalidade, a pessoa encontrará dificuldades sérias para assumir nosso modo de viver. Um exemplo é o de uma personalidade esquizóide, carente de sentimentos, com pouca capacidade de entrar em sua vida

interior e estabelecer relações com outros. O contraste é a pessoa histriônica que vive intensamente sua afetividade, mas que sente um vazio quando não consegue suscitar aplausos e atenção dos demais. Busca e sabe ganhar o afeto, mas é muito susceptível à crítica. Às vezes, na Vida Religiosa, encontramos transtornos-limite da personalidade que manifestam um padrão de instabilidade nas relações interpessoais, na auto-imagem e nos afetos; encontramos também uma notável dificuldade em controlar os impulsos.

Mais comum na Vida Religiosa é a pessoa obsessiva que tende ao perfeccionismo e fica presa dentro de sua realidade, amarrada a detalhes, em vez de ter uma visão mais ampla. Pode defender seus esquemas com tal esforço que é incapaz de escutar o outro ou de imaginar uma interpretação alternativa. Os dependentes são tão propensos a agradar pessoas importantes que não se atrevem a dizer algo que ponha em perigo o vínculo. Tentam ser bons dizendo o que pensam que o outro deseja escutar. Os narcisistas, que são mais numerosos no clero do que imaginamos, não têm empatia verdadeira para se relacionar profundamente. Seu egocentrismo, grandiosidade e sentido de ter direitos especiais não os ajudam a ser transparentes consigo ou com os outros. Quando há uma dose de paranóia, ou em momentos de conflito com a autoridade, podem converter o outro em inimigo ou em alguém que é incapaz de apreciá-lo. Todos nós temos algumas das características dos transtornos de personalidade, mas, quando são

muito acentuados, dificultam a vida comunitária e as relações transparentes.

Mas a transparência não é um desafio somente para os que têm problemas psicológicos. Ser transparente é fazer-se vulnerável. Às vezes é fácil falar das dimensões positivas ou das coisas com as quais nos sentimos confortáveis e sob controle. Mas ver a sombra da vida é análogo a nos aproximar das petições da primeira semana dos Exercícios Espirituais. Normalmente não gostamos de sentir vergonha, lágrimas, dor, etc. O amor de Deus permite-nos ver nosso pecado e pobreza humana com compaixão. O amor de Deus, uma auto-estima adequada e a estima do acompanhante ou superior convidam o jesuíta a partilhar as luzes e sombras dos processos de sua vida. Também a motivação para a transferência é de suma importância. A pessoa abre sua vida para crescer e ser mais disponível para a missão, com a confiança, respeito e afeto do outro. Para muitos jesuítas, a experiência de confiança e aceitação, do noviciado em diante, na conta da consciência e nas entrevistas com os superiores, facilita a transparência.

É importante que os jesuítas jovens sejam conscientes de que vivem processos espirituais e psicológicos que exigem atenção, oração e diálogo. Alguns jesuítas jovens e um bom número dos mais maduros se prendem tanto às tarefas que lhes são apresentadas na vida que perdem os espaços de reflexão onde poderiam se perguntar como fazem as tarefas, que sentido tem sua vida e como se relaciona tudo isso com

Cristo. Os jesuítas jovens, e os mais maduros, vivemos mais influenciados pela cultura contemporânea do que pensamos. Para muitos, os Exercícios Espirituais anuais são uma semana de descobrir de novo a riqueza de sua vida interior e a intimidade possível com o Senhor. Com as férias, os apostolados de verão e depois com as aulas, diminui o escutar mais profundo da própria vida. Às vezes, deixa-se de rezar, mas mais freqüente é a questão da qualidade da oração. Aquele que luta para cumprir com as obrigações dos estudos, do apostolado e da vida comunitária não encontra com freqüência os espaços de silêncio interior para a leitura espiritual, para ler alguma coisa que lhe provoque perguntas profundas, ou para escrever no diário pessoal, que nos leva a pôr em palavras o que vivemos.

A dificuldade em viver os processos da vida interior é um desafio espiritual e psicológico. Estar atento ao processo pessoal, seja espiritual e/ou afetivo, leva a pessoa a partilhar a profundidade de sua vida com outros. A espiritualidade brinda a possibilidade de descobrir a presença do Senhor e o sentido da vida. Se o jesuíta não está centrado na espiritualidade, os valores culturais chegarão a predominar em sua vida. Quando o jesuíta em formação não se dá conta de seus processos afetivos, sua vida espiritual se debilitará e estará mais propenso a entrar em crise. Para alguns jovens que já enfrentam desafios afetivos, ou que vivem com as feridas do passado tão presentes que os impedem de viver com liberdade, a te-

rapia pode ser uma ajuda. A terapia pode abrir novas perspectivas e levar a pessoa a reformular sua vocação. O diálogo com o superior e o acompanhamento espiritual servem como um complemento indispensável durante o processo de terapia. Além da terapia, o crescimento espiritual e o afetivo podem beneficiar-se com determinados cursos que oferecem pistas e instrumentos para aprofundar os processos psico-espirituais.

Em geral, a transparência se dá se o jesuíta jovem se sente identificado com a Companhia de Jesus, mantém vida espiritual e quer viver a vocação. Às vezes há dimensões da vida ou comportamentos que a própria pessoa reconhece que não combinam com os votos e com a vida da Companhia de Jesus, mas não quer mudar nem ser transparente. Nesses casos há uma dimensão moral que precisa distinguir entre o bem e o mal, ou o que é o compromisso de votos e uma conduta não coerente. Seja qual for o voto, às vezes a pessoa escolhe fazer o que prefere em vez daquilo que sabe que é o bom. Normalmente utiliza a racionalização, justificativa a negação para minimizar a seriedade da falta. Neste caso, a pessoa se dá conta de que está equivocada, mas livremente toma sua própria decisão. Pode ser o uso do dinheiro, as saídas sem permissão, os encontros românticos com mulheres, ou o não viver segundo o projeto comunitário da casa. Quando as faltas chegam a ser hábitos, quando se cometem faltas éticas notáveis, ou se entra em um conflito sério com o que

a Companhia de Jesus pede, os formadores têm que enfrentar a situação e questionar a permanência do religioso na Companhia de Jesus. São de muita ajuda a correção fraterna e o confronto com os companheiros, que com frequência captam o que está acontecendo antes dos formadores. Em qualquer organização, há uma tendência dos membros para ultrapassar os limites. Há graus de seriedade e níveis de maturidade que correspondem às etapas de formação. O sentido comum e a memória honesta de seus próprios anos de formação ajudarão os formadores a manter um sã equilíbrio. Mas se um jesuíta jovem, depois de ser interpelado e de se dialogar com ele, se mostra incapaz de viver segundo as normas da Companhia de Jesus, tem que sair.

Mais complicado é como ajudar os jesuítas jovens a examinar sua própria afetividade e permitir que o que fica na sombra de seu conhecimento próprio seja examinado e partilhado com os acompanhantes. Os desejos, impulsos, atitudes e dimensões de vulnerabilidade muitas vezes são empurrados para fora da consciência. Utilizando o conceito dos esquemas, recordemos que o que é uma ameaça à auto-imagem e pode suscitar angústia e vergonha está filtrado e até eliminado do que se percebe conscientemente. O jovem estabelece uma imagem de si mesmo e de como deve ser como jesuíta, que predomina quando ele está diante da figura de autoridade, seja a do superior ou do acompanhante. Nessa situação há um corte e dissociação dos aspectos negativos de si mesmo.

Imaginemos que o conhecimento de uma pessoa seja como se fosse um círculo dentro de um quadro. Dentro do círculo, cabe tudo o que há do esquema do bom jesuíta e algumas das falhas e desafios aceitáveis. Fora do círculo, estão as atitudes, os sentimentos e comportamentos que não recebem atenção. Alguns são inconscientes, mas outros foram suprimidos ou mantidos fora da consciência da própria pessoa e do partilhar com os formadores. Às vezes há até uma colaboração inconsciente entre o formador e o formando de manter a atenção naquilo que é aceitável segundo os esquemas da Companhia de Jesus. Criamos uma imagem do jovem com a qual ele tenta viver. Ele reprime ou não permite chegar a uma maior consciência que possa prejudicar sua imagem. Com o tempo, pode entrar em crise quando tiver que encarar e integrar seus impulsos não integrados e os desafios postergados do desenvolvimento afetivo.

Por exemplo, um jovem não percebe que é competitivo e que sua auto-estima depende de seu êxito acadêmico e que se torna ciumento quando outros têm êxito nos estudos ou em outros campos de atuação. Sente-se inseguro com sua própria afetividade, reforça suas aptidões intelectuais e evita entrar em outras áreas de interação. É cortês com seus companheiros, mas não estabelece amizades com muita aproximação. Pode receber bastante recompensa por seu êxito nos estudos e ser visto pelos formadores como um jovem de muita promessa. O que ele não está cuidando, porém, é a sua dimensão

afetiva. Tem poucas amizades com os companheiros e sua não dificuldade com o celibato é mais repressão que virtude. Corre o risco de fechar-se em seu estilo intelectual ou encontrar-se em crise quando abrir sua afetividade por meio de um namoro. Para ajudá-lo, seus acompanhantes podem animá-lo a buscar uma visão mais integral de si mesmo. Não fomentar o desenvolvimento de sua afetividade é dar-lhe a permissão tácita de evitar os desafios do desenvolvimento humano. Seu crescimento seria o lento processo de descobrir sua afetividade, de reconhecer as dinâmicas nela implicadas, fazer as conexões com a história, rezar para se entender e relacionar-se com mais liberdade e tratar de equilibrar sua vida intelectual e afetiva.

A maturidade psicossocial

A vida psicossocial apresenta um desafio especial para os formandos e para seus formadores. A sexualidade reflete a confusão dominante nos esquemas culturais que mudaram radicalmente em poucas décadas. Enquanto, por uma parte, a sexualidade se faz mais presente na vida pública, por outra seguem-se os tabus de falar sobre a própria sexualidade. Esquemas familiares e religiosos fazem com que algumas pessoas sejam propensas à culpa e à vergonha. Torna-se um desafio falar da sexualidade nas paróquias e foros públicos, é até mais difícil saber falar da sexualidade na Vida Religiosa. Para promover a transparência na vida pessoal dos jesuítas jovens, precisamos saber como falar do tema em comum e indi-

vidualmente nas diferentes etapas da formação. Mais ainda, se promovermos o crescimento afetivo, temos que reconhecer que estamos removendo os impulsos e dinâmicas psicossociais que canalizam a energia para as relações humanas.

O desenvolvimento psicossocial relete as teorias principais do desenvolvimento humano: o crescimento se dá em etapas progressivas. O que não está integrado adequadamente em uma etapa prévia vai limitar o desenvolvimento na seguinte ou provocar dificuldades. O desenvolvimento psicossocial se entrelaça com as outras dimensões do desenvolvimento. Poucas vezes há “um problema sexual”, mas há sim uma dificuldade afetiva que encontra expressão por meio da sexualidade. Ainda que haja etapas de desenvolvimento sexual, cada pessoa tem uma história única e sente os impulsos de sua sexualidade com diferentes graus de intensidade. Como muitos jovens de hoje entram com suas feridas afetivas, também encontram suas carências e dificuldades no campo psicossocial. É importante recordar que os traumas sexuais não somente são resultado do abuso (calcula-se que entre 15% e 25% dos meninos são vítimas de abuso) ou iniciação prematura, mas também acontecem pela falta de informação em tempo próprio, por castigo, culpa ou vergonha. O resultado das feridas, de diferentes formas, pode ter as mesmas manifestações na vida adulta. Aqui também a avaliação psicológica e o aprofundamento da história pessoal são importantes. A falta de uma consciên-

cia da sexualidade de um candidato pode ser tão preocupante como um excesso de experiências sexuais.

Durante o noviciado, o jovem tende a idealizar a Companhia de Jesus e, muitas vezes, o voto de castidade. Em um nível teórico, afirma o chamado, aceita a teologia espiritual que fundamenta o voto, e se encontra contente numa casa que oferece calor e convivência fraterna. Depois o jesuíta jovem enfrenta o desafio de aprender a viver o celibato: controlar e canalizar os impulsos e desejos, aceitar a solidão e criar relações afetivas coerentes com seu voto de castidade. No processo, as feridas do passado reaparecem e, se não são atendidas, podem causar sérias dificuldades. Podemos falar de três maneiras de resolver o desafio da integração da sexualidade na Vida Religiosa. A pessoa opta por suprimir, ou pior, reprimir a sexualidade; vivê-la clandestinamente com cortes e dissociações psíquicas; ou aceitar lutar para conseguir uma integração dos impulsos e desejos de uma maneira coerente com a opção de ser celibatário.

A supressão e repressão não curam, adiam a crise e levam a pessoa a suprimir e distorcer outros aspectos de sua vida psíquica e relacional. No pior dos casos, pode ser um fator no abuso sexual. Muitos dos estudos de sacerdotes que abusam de adolescentes (há poucos casos de pedofilia, que é o contato sexual com meninos antes do começo da puberdade) revelam homens reprimidos com o desenvolvimento sexual traumatizado ou estancado em seu próprio período de adolescência, ou

antes. A tentativa de viver a sexualidade clandestinamente é o que alguns chamam de celibato passivo. Muitas vezes ocorre pouco a pouco, por falta de entender a sexualidade e por uma dificuldade de falar de sua própria afetividade e expressão sexual. A pessoa aceita não se casar para ser religioso, mas acontece com frequência uma relação inapropriada, ou uma ou outra aventura que se pensa está permitida com a crença de que ninguém sofre. Os mecanismos de defesa mascaram e justificam a duplicidade que tantas vezes termina em pessoas enganadas, em escândalos e gravidez. Para não viver o voto, a pessoa tem que esconder sua atividade sexual dos superiores e acompanhantes. Isso não leva a pessoa a uma integração plena e, sem dúvida, torna-se inaceitável na Companhia de Jesus.

Para aprender a viver a sexualidade e a opção pelo celibato, a transparência é fundamental. Os desafios da sexualidade muitas vezes são a oportunidade de entender melhor a sexualidade e de conseguir uma maior maturidade psicológica e espiritual. Mas, por outro lado, todos os obstáculos à transparência nomeados acima podem bloquear a comunicação. Não somente o formando descobre que tem pouca experiência de falar de sua sexualidade e que está propenso a sentir vergonha, como também muitos formadores se sentem incomodados com os temas da sexualidade. Para convidar à transparência na dimensão sexual, o formador necessita de um conhecimento teórico da sexualidade humana, da experiên-

cia de falar sobre sua própria sexualidade com um acompanhante e também de bastante empatia. Se não há receptividade e uma atitude de aceitação da parte do acompanhante, consciente ou inconscientemente, os esquemas de temor e vergonha do acompanhado se ativam.

Na relação de acompanhamento, é importante no princípio não reduzir os temas sexuais ao enfoque moral nem trivializar a seriedade dos temas. Se há comportamentos inapropriados com outros, é importante impor limites, especialmente, se há relações abusivas, é preciso defender as vítimas. Muitos formandos já estão se condenando e vendo seus comportamentos sexuais somente com uma ótica moralista em vez de tentar ganhar uma compreensão mais ampla. Seja pela masturbação, pela pornografia, ou pelo uso da Internet, muitos já estão presos em ciclos de culpa e vergonha. Além de se propor ajudar a superar tal conduta, o acompanhante deve convidar o acompanhado a entrar no processo de alcançar uma maior integração da sexualidade.

As relações com o sexo oposto devem ser um tema de acompanhamento do Noviciado em diante. Com a premissa de se aprender a ser celibatário, também descobrimos no caminho a formacasta e afetiva de nos relacionar com as mulheres. A melhor maneira de ganhar um domínio de si mesmo é mencionar e processar com outros nossos sentimentos, gostos e temores. A longo prazo, a capacidade de intimidade de um celibatário com uma ou outra

amiga pode ser um dom que enriqueça a Vida Religiosa. Além de saber evitar posturas de sedução ou relações ambíguas, é importante conseguir um trato de igualdade e respeito. Em nossos apostolados pastorais e nos centros educativos mistos, estamos em relação constante com mulheres. O documento sobre a mulher da última Congregação Geral da Companhia de Jesus (1995) está entendido como dirigido à mulher, em vez de ser um chamado a examinar nossas atitudes e comportamentos. A questão de gênero toca os dois sexos e nos pede com urgência para reformular nossos esquemas de gênero e de trato com a mulher.

Os namoros são temas delicados que exigem cuidado, de acordo com a etapa da formação, a maturidade psicosexual e o grau de envolvimento do sujeito. Primeiramente, o trabalho de prevenção que implica o conhecimento de si mesmo e seu estilo de relacionar-se com mulheres é importante. Também é importante ter em conta que, para alguns jovens que entraram muito jovens ou sem experiências de namoro, é a oportunidade de crescer e recuperar espaços perdidos no desenvolvimento psicosexual. Para essas pessoas, a experiência do namoro bem levado, com oração e acompanhamento, converte-se em ocasião de uma maior auto-estima, autoconhecimento e de um compromisso personalizado do que significa o celibato e da renúncia que exige. Mas o formando e o formador necessitam ser realistas, e o sujeito deve fazer todo o possível para cumprir com as exigências do voto de cas-

tidade. Com empatia e respeito, o acompanhante pode perguntar sobre o grau de intimidade, se há expressão física, quando se vêem e onde. Se a relação é sadia e dentro dos limites aceitáveis, a esperança é de que se aprenda a manejar os sentimentos, a frear os impulsos e a reconhecer o dom da sexualidade que se deseja viver como celibatário.

Em alguns casos, é preciso pedir que não haja mais contato e até mesmo uma mudança de destino do apostolado ou magistério. Se o formando aceita o pedido, será importante continuar com o acompanhamento para processar a relação e os afetos suscitados. É importante saber que, em alguns casos, cortar a relação completamente pode truncar a oportunidade de um sadio desenvolvimento psicosexual e somente postergar a integração da sexualidade. Se por acaso um formando tende a enamorar-se com certa frequência, é preciso examinar seus motivos e dinâmicas a fundo. Há pessoas excelentes que amam a Companhia de Jesus e desejam ser sacerdotes, mas que não receberam o dom do celibato. Por enquanto, o único remédio é escolher a vida leiga.

Um tema de crescente importância é a questão da homossexualidade na Vida Religiosa. Sem focalizar o tema nos processos de formação com clareza e um conhecimento dos princípios das ciências sociais, não é possível tratá-lo com os formandos. Primeiro, a homossexualidade é um fenômeno que ganhou uma maior aceitação cultural nos últimos 25 anos. Em 1973 a Asso-

ciação Psiquiátrica dos Estados Unidos tirou a homossexualidade da lista de patologias. Ao mesmo tempo em que há uma maior "carga existencial" para viver a orientação, os estudos mostram que os homossexuais são tão sadios quanto os heterossexuais. Não somente na América do Norte e na Europa há uma mudança radical nos esquemas culturais, mas também em muitas sociedades da América Latina. Embora ainda haja muito preconceito e falta de conhecimento, a homossexualidade é um tema freqüente nos meios de comunicação. A afirmação dos homossexuais e das lésbicas de suas próprias orientações e de seu direito de viver abertamente vai ganhando maior aceitação, apesar da forte resistência de alguns setores da sociedade, incluindo a igreja. Ao mesmo tempo em que há uma recusa da parte de alguns e da filosofia do "não diga a ninguém" de outros, há a probabilidade de que a sociedade aceite que algumas pessoas sejam homossexuais e possam viver assim abertamente.

Na população em geral, calcula-se que entre 4% e 10% dos homens são de orientação homossexual. Dado que a Igreja é o que Freud assinalou como uma instituição homosocial e que os religiosos e sacerdotes renunciam ao matrimônio, a maioria dos peritos no tema calcula que há uma porcentagem mais alta na igreja. É impossível ter cifras exatas, mas algumas falam de 20% ou mais que têm uma orientação homossexual, ou tendências homossexuais significativas dentro da Igreja. Recordamos que a orientação não é

equivalente à condução homossexual, nem que a orientação está necessariamente afirmada pelo indivíduo. A maioria dos autores salienta a importância de uma escala de atração. Muitas pessoas se definem como heterossexuais, mas quase 35% dos homens tiveram uma experiência homossexual a partir da adolescência. Na vida religiosa, onde se compartilha a vida com pessoas do mesmo sexo, é possível encontrar pessoas que reconhecem que, apesar de sua tendência básica ser heterossexual, experimentaram alguma vez sentimentos homossexuais.

Para tratar do tema e acompanhar os jovens, os formadores têm que se educar. Livros como *A homossexualidade: um debate aberto*, ou os artigos da revista **Sal Terrae** em um número recente ajudam a repensar o tema. O obstáculo maior para a transparência em questões de homossexualidade ou confusões em torno da orientação é a homofobia. Seja temor, recusa ou ódio dos homossexuais, quase todos os homens se encontram afetados por este esquema cultural. Suas origens psicológicas se encontram no temor, muitas vezes inconsciente, dos sentimentos de atração por pessoas do mesmo sexo. A cultura, a família e a igreja tradicionalmente reforçaram este temor com os estereótipos de como o homem deve ser. A homossexualidade, com freqüência, está associada com a passividade e a feminilidade. A resistência de muitos homens à afetividade e a serem vulneráveis é a homofobia e a confusão causada por estereótipos de gênero. Não somente os heterossexuais expe-

rimentam a homofobia. A história nos ensina que alguns dos mais homofóbicos lutaram em suas vidas privadas com impulsos homossexuais. Qualquer homem pode se recordar de gracejos e comentários negativos na família, bairro e colégio, de brincadeiras e repúdios dos "maricas". Sabem que, por serem homossexuais, algumas pessoas perderam o trabalho, foram expulsos de suas congregações e até foram mandados para os campos de concentração.

Se levarmos em consideração a força da homofobia, entenderemos porque os homossexuais e as pessoas que sentem desejos homossexuais tendem a ser tão cautelosos ao falar de sua sexualidade. Enquanto alguns homossexuais reconhecem sua homossexualidade, desde tenra idade, outros não reconhecem a presença da tendência até a juventude ou mais tarde. Para um menino "normal", os homossexuais são os outros: os maricas, os travestis, os pervertidos, etc. Alguns jovens se aproximam da Vida Religiosa sem se dar conta, ou pelo menos, eliminando de sua consciência os sentimentos homossexuais. São sinceros ao falar de sua vocação, contam de seus namoros durante o colégio, e suprimem qualquer sugestão de homossexualidade. As experiências espirituais e afetivas do noviciado e a formação os ajudam a crescer como pessoas. Depois de viver em comunidade, começam a enfrentar as indicações de amizades muito próximas, fantasias e impulsos homossexuais. Com frequência seus próprios esquemas sobre a sexualidade não lhes per-

mitem aceitar seus desejos homossexuais, sejam predominantes ou parciais. Não encontram modelos de homossexuais na igreja e resistem a pensar em si mesmos como perversos e condenados pela sociedade e pela religião. Às vezes entram em depressão, ou negam sua própria sexualidade e se esforçam para se apresentar com uma imagem heterossexual.

A falta de aceitação de algo tão integral à pessoa como a sexualidade atua com grande violência contra a própria pessoa. Com frequência, a pessoa experimenta vergonha, culpa, ansiedade, baixa auto-estima e auto-repúdio. Pode ser levada a condutas sexuais inapropriadas e compulsivas. Psicologicamente é muito mais sadio aceitar a tendência, ou reconhecer que há presença de desejos homossexuais que seguir na negação. Se se encontram acompanhantes capazes de escutar e acompanhar com aceitação os jesuítas jovens, eles conseguirão levá-los a entrar num processo de aceitação. Se não há sinais de aceitação e o convite suave de examinar as relações e desejos não é atendido, a pessoa se esconde de sua sexualidade.

Quando a pessoa aceita sua tendência, começa a ser capaz de integrar sua sexualidade e a viver seu voto de castidade com mais autenticidade. Pode ver melhor suas relações na comunidade e nos ambientes de estudo e trabalho. Necessita-se do mesmo acompanhamento para aprender a viver o celibato que aquele que deve ser oferecido a uma pessoa de orientação heterossexual. Para pessoas que têm uma

tendência heterossexual, mas escondem a ambigüidade de seus sentimentos homossexuais, há uma maior aceitação de si mesmos e uma diminuição dos temores diante da sexualidade e das relações com pessoas dos dois sexos. Em qualquer das duas situações, o importante é manter a prioridade da identidade jesuíta. A verdadeira vocação não depende da tendência, mas do chamado e do dom do celibato. Há pessoas homossexuais de diferentes idades que são jesuítas exemplares. Não sentem atração por pessoas da própria comunidade e canalizaram sua afetividade ao serviço dos demais. Às vezes até têm mais capacidade de enamorar-se do Senhor e de seu projeto.

O que não ajuda nem a estas pessoas de tendência homossexual nem à Companhia de Jesus é quando não encontram a maneira de falar disso com os formadores e começam a dar expressão à tendência dissimuladamente. Podem buscar referências de identidade na cultura homossexual que não são coerentes com o compromisso religioso. É importante que, pela experiência real ou percebida da falta de aceitação, não se refugiem em um grupo isolado. É importante que os jesuítas jovens, que têm uma tendência homossexual, trabalhem suas feridas. A falta de aceitação e o repúdio de si mesmos podem criar estilos defensivos e ressentimentos. Se a pessoa homossexual não pode viver o celibato, da mesma maneira que um heterossexual, deve sair da Companhia de Jesus.

Sem dúvida, a questão da homossexualidade é um desafio para a Compa-

nhia de Jesus e a igreja de hoje. Dadas as mudanças culturais e a presença da sexualidade no mundo de hoje, alguns jovens que entram na Companhia de Jesus vão enfrentar questões de sua orientação sexual, ou pelo menos a presença de desejos homossexuais. Se os superiores e acompanhantes desejam transparência nos processos de crescimento na maturidade psicossocial, temos que estar dispostos a examinar nossas atitudes e aprender a acompanhar os processos verdadeiros dos jovens. Quando não estamos dispostos e não somos capazes de acompanhar os processos psicossociais, sejam heterossexuais ou homossexuais, os formados deixam de falar com liberdade e diminui a possibilidade da integração madura.

Não há espaço para tratar a fundo o tema do abuso sexual de menores. Mas é importante que seja um tema falado nas províncias e na formação. A prevenção do abuso sexual depende em grande parte da educação do clero e do esforço por promover a maturidade psicossocial. Os responsáveis pela formação e os responsáveis pelos apostolados onde os jesuítas jovens colaboram, devem estar atentos a como os formandos se relacionam com as pessoas mais jovens. Desde os primeiros anos da formação precisamos ser claros com os limites de qualquer relação profissional. O noviço que acompanha um grupo juvenil assume uma função profissional que garante a segurança das pessoas acompanhadas. Numa função profissional, faz-se todo o possível para não manipular a relação afetiva

e não permitir que haja uma relação sexual. Seja uma paróquia ou colégio, devemos definir como são as relações dos jesuítas de qualquer idade com os jovens e meninos dos dois sexos. Os padres e irmãos formadores são os modelos de como deve ser nosso trato com o apostolado. Sem cair numa paranóia, temos que assegurar que as pessoas com quem trabalhamos mantenham sua razão de confiar nos membros da Companhia de Jesus.

Em muitos casos de abuso, há uma forma inapropriada de relacionar-se com menores e um chefe que prepara a vítima para o abuso e impõe silêncio depois. Quando há abuso de menores, com frequência encontramos uma pessoa com feridas em sua própria história sexual, uma imaturidade psicosssexual, dificuldade de falar de sua própria sexualidade e uma tendência a relacionar-se mais com gente mais jovem que com pessoas de sua própria idade.

Há muitos tabus, mitos e falta de informação ao redor do tema do abuso sexual. Os estudos de abuso mostram que sua causa não é a homossexualidade. Na população em geral, a grande maioria das vítimas são meninas. Às vezes até o sacerdote que abusa de um jovem tem tendência heterossexual, mas que foi truncada no período da adolescência. Quando acontece uma confusão na orientação, ou uma orientação homossexual negada ou não integrada, há a possibilidade de atuar sexualmente com um adolescente que tem aproximadamente o mesmo nível de maturidade psicosssexual que o abusador. A seleção, a educação no respeito dos limites e a maturidade psicosssexual são fatores que ajudarão na prevenção do abuso.

Tradução: Eliana Teles Horta Santiago

Endereço do autor:
Apartado 05-0052
Lima 5 - PERU

**QUESTÕES PARA
AJUDAR A LEITURA
INDIVIDUAL OU
O DEBATE EM
COMUNIDADE**

- 1- Quais são as principais características da cultura pós-moderna que influenciam os jovens que chegam à Vida Religiosa hoje?
- 2- Porque a influência das experiências vividas na família é tão importante no processo formativo? Como ajudar-nos mutuamente a tomar consciência desse fato e a aprender a lidar com ele?
- 3- Na sua comunidade existe consciência do papel preponderante que as relações entre as pessoas e o testemunho de vida têm no processo formativo? Procura-se desenvolver essa consciência e as atitudes dela decorrentes?
- 4- Na sua apreciação, quais são os fatores mais importantes para que a relação formador-formando crie condições para a transparência na formação e a favoreça?
- 5- Que passos concretos podem ser dados na sua comunidade para que as pessoas cresçam na maturidade psicossocial e assumam o compromisso da Consagração religiosa com lucidez e serenidade evangélicas?

Área de Livre Comércio das Américas

Um desafio à soberania dos países latino-americanos

PE. INÁCIO NEUTZLING, SJ

1. Um pouco de história

A proposta da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA – foi lançada pelos líderes de 34 países das Américas do Norte, Central e do Sul e Caribe durante a 1ª Cúpula das Américas em Miami, EUA, dezembro de 1994. Durante esse encontro, o então presidente Bill Clinton se comprometeu a realizar o sonho americano do seu antecessor, George Bush, que propugnava, desde 1990, a “Iniciativa para as Américas”. Esse sonho era estender o Acordo de Livre Comércio da América do Norte – NAFTA –, que abrange os EUA, Canadá e México, ao restante das Américas. Portanto, a ALCA seria um NAFTA-plus, um NAFTA incrementado¹.

Em 1998 realizou-se a 2ª Cúpula das Américas, em Santiago, Chile. Foi aí que os países presentes estabeleceram um Comitê de Negociações Comerciais, composto de vice-ministros do Comércio de cada país.

Nos dias 20 a 22 de abril de 2001,

ocorreu a 3ª Cúpula das Américas, em Québec, Canadá. Neste encontro os chefes de Estado e de Governo das Américas afirmam na declaração conjunta: “Instruímos nossos ministros a assegurar que as negociações do Acordo ALCA sejam concluídas, o mais tardar, em janeiro de 2005, para buscar sua entrada em vigor o quanto antes, até, no máximo, dezembro de 2005. Esse será um elemento-chave na criação do crescimento econômico e prosperidade do Hemisfério, que contribuirá para a realização dos amplos objetivos da Cúpula”².

A 4ª Cúpula das Américas será em abril de 2003, em Buenos Aires, Argentina. Há uma forte pressão por parte dos EUA de que a ALCA seja aprovada e seus documentos assinados nesta oportunidade.

Para formular e executar o plano de criação da ALCA, ocorreram seis reuniões dos Ministros de Relações Exteriores e do Comércio Exterior do hemisfé-

¹ Cf. o documento “Vendiendo el Futuro. Una reflexión sobre la relación entre inversionistas y estado en el Tratado de Libre Comercio de América del Norte y su expansión al resto de América Latina”, elaborado pela Oficina de Assuntos Sociais da Conferência dos Bispos do Canadá e apresentado na conferência Humanizando a Economia Global realizada em janeiro de 2002, em Washington, D.C.

² Para estes elementos históricos e para um bom entendimento do que é a proposta da ALCA cf. **Para entender a ALCA**, São Paulo: Ed. Loyola, 2002.

rio, nas cidades de Denver (1995), Cartagena (1996), Belo Horizonte (1997), San José (1998), Toronto (1999) e Buenos Aires (2001). A principal decisão das duas últimas reuniões, a Ministerial em Buenos Aires e a de Cúpula em Québec, foi a confirmação do ano 2005 para a conclusão das negociações.

Também reúnem-se, sistematicamente, nove grupos de negociação³ formados por representantes de diversos países e assessorados por técnicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID –, da Organização dos Estados Americanos – OEA e da Comissão Econômica para a América Latina e do Caribe – CEPAL. Estes grupos de negociação visam estabelecer uma proposta consensual que deverá ser assinada, se os prazos estipulados forem cumpridos, até janeiro de 2005.

É importante acentuar que todas as negociações são sigilosas, concentradas exclusivamente nas mãos dos Poderes Executivos dos diversos países e sob forte pressão, vigilância e ‘lobby’ das grandes empresas norte-americanas. A atuação dos Legislativos só é prevista no momento de ratificação do pacto por inteiro, em 2005 ou, talvez, já em 2003. Somente o Legislativo norte-americano tem papel central nas negociações através da aprovação do *Trade Promotion Authority* – TPA – (au-

toridade para o Executivo negociar). Recentemente o governo G.W.Bush obteve no Congresso dos EUA a aprovação do TPA, que corresponde ao antigo *fast track* – negociação rápida.

2. O que é uma área de livre comércio?

A Organização Mundial do Comércio – OMC – considera uma área de livre comércio aquela que é constituída por países que decidem eliminar todos os obstáculos ao livre-comércio em pelo menos 85% do seu intercâmbio. “Isto provavelmente vai balizar as negociações da ALCA, o que significa dizer que os países terão 15% de seu intercâmbio no bloco comercial protegido por medidas protecionistas, pelo menos por um período de tempo, *grosso modo*, de 10 a 15 anos a partir da constituição do bloco. Tal prática, se, por um lado, permite a proteção aos denominados setores sensíveis de cada país, por outro, abre um novo foco de conflito entre aqueles segmentos produtivos que, sentindo-se prejudicados com a integração, lutam por ‘abrigar-se nos 15%’”⁴.

Ou seja, uma área de livre comércio simples é um acordo internacional em que os Estados-parte eliminam, em um determinado prazo e de acordo com o cronograma negociado entre si, todos os obstáculos tarifários e não-tarifários

³ Os nove grupos são: acesso a mercados, investimentos, serviços, compras governamentais, agricultura, solução de controvérsias, direitos de propriedade intelectual, subsídios, ‘antidumping’ e direitos compensatórios e políticas de concorrência.

⁴ GARCIA, Álvaro Antônio, “O impacto da ALCA na economia brasileira: alguns comentários”, *Indicadores Econômicos* da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, v. 29/ no. 3, novembro de 2001, p.35-36.

ao comércio recíproco de todos os bens, enquanto mantêm em relação aos demais Estados, que não fazem parte do acordo, as suas respectivas tarifas aduaneiras nacionais.

Uma área de livre comércio pode incluir, além do comércio de bens, o livre comércio de serviços, de acordo com as regras previstas no GATS (General Agreement on Trade in Services), que também faz parte do conjunto de acordos da OMC.

A ALCA, como visto, terá de ser compatível com as normas da OMC. Todavia, as eventuais normas da ALCA poderão ir além das normas da OMC, desde que sejam, como os negociadores americanos apreciam qualificar, OMC-plus isto é, normas ainda mais favoráveis à liberalização geral do comércio de bens e serviços e ao movimento de capitais, sem tratamento preferencial para as empresas dos países em desenvolvimento e, portanto, ainda mais favoráveis aos interesses das megaempresas multinacionais americanas em todos os setores, cujas sedes e centros de decisão se encontram fisicamente, assim como seus acionistas, nos Estados Unidos.

Além disso, a eventual ALCA teria de ser muito semelhante ao NAFTA, ou incluir normas que sejam consideradas NAFTA-plus. As normas do NAFTA já se aplicam às relações econômicas entre os três países que constituem em conjunto cerca de 88% do PIB das Américas (e, portanto, de uma futura ALCA) sendo um deles, os Estados Unidos (e suas megaempresas), a maior potência econômica, comer-

cial, financeira, tecnológica, militar e política do mundo. Além disso, devem ser considerados, entre outros, os seguintes fatos: as dificuldades para a aprovação em 1994 do NAFTA pelo Congresso americano; as críticas em certos setores da sociedade americana à sua implementação e aos acordos de livre comércio em geral; a aprovação por apenas 1 (um) voto na Câmara dos Deputados da Trade Promotion Authority (TPA), que corresponde ao antigo *fast-track*; a firme negativa americana em negociar o que chamam de leis de defesa comercial (anti-dumping, anti-subsídios, salvaguardas), a recente legislação norte-americana que concede amplos subsídios de proteção à produção e à exportação agrícola; e a lista norte-americana de 300 produtos "sensíveis"; todos eles revelam com clareza as dificuldades para os próprios Estados Unidos em negociar e aprovar qualquer esquema que se afaste significativamente das linhas gerais do NAFTA.

3. A composição da ALCA – uma impressionante assimetria

Se todos os 34 países representados nas negociações, ou seja, os países das Américas do Sul, Central e Norte, mais os do Caribe, com a exclusão de Cuba, participarem da ALCA, eles representarão um mercado, em números de 1999, de aproximadamente 800 milhões de pessoas, com um PIB total de US\$ 11,3 trilhões. Deste PIB, o dos EUA representa 79% do total. Logo depois vem o do Canadá com

5,9%, do Brasil com 4,7% e do México com 4,2%⁵. A absoluta maioria das economias envolvidas na ALCA, portanto, são pequeníssimas. Por exemplo, Costa Rica: 0,13%; Haiti: 0,04%; República Dominicana: 0,15%; Paraguai: 0,07%; Peru: 0,46%. Ou seja, além dos países acima citados e da Argentina, com 2,51%, todos os demais países tem menos de 1% do PIB do conjunto da ALCA.

Os EUA, isto é, o governo e o Congresso norte-americanos têm uma visão clara de suas prioridades. Rubens Barbosa, embaixador do Brasil nos EUA, escreve: "É oportuno lembrar o artigo primeiro do TPA: 'A expansão do comércio internacional é vital para a segurança nacional dos EUA. Comércio exterior é um elemento crítico para o crescimento econômico, o poderio e a liderança dos EUA. A segurança nacional dos EUA depende de sua segurança econômica, que, por sua vez, está alicerçada em uma vibrante e crescente base industrial. Os acordos comerciais devem maximizar as oportunidades dos setores mais importantes da economia'"⁶.

Um dos objetivos da TPA é exatamente esse: obter em todas as negociações internacionais os mesmos padrões de proteção que vigoram nos EUA. Os padrões dos EUA são os mais liberais do mundo. Afinal eles são líderes em poderio tecnológico e financeiro. Não têm o que temer. A média das tarifas americanas é realmente

muito baixa, em torno de 2%, enquanto a média brasileira, por exemplo, é em torno de 9% e 12%. Estamos falando em médias. Há, no entanto, picos tarifários nos EUA que são muito mais altos. Por exemplo, o caso do suco de laranja ou o tabaco extra-cota, para citar um caso extremo em que a proteção chega a 300%. A situação para os americanos portanto é muito confortável. Eles têm pouca coisa a fazer já que na média estão quase no zero.

Assim, desde a aprovação da TPA, os EUA impuseram salvaguardas contra o aço, um dos mais competitivos produtos brasileiros, criando novos obstáculos e aumentando as barreiras não-tarifárias já existentes. Logo depois, o presidente George W. Bush sancionou a Lei Agrícola, liberando subsídios de US\$ 180 bilhões, em dez anos, isto significa uma expansão dos subsídios em 75%. Antes havia taxado em até 30% o aço importado; o suco de laranja custa em média 50% mais para entrar nos EUA; o álcool etílico é subsidiado; há o sistema de cotas para o açúcar brasileiro; as exportações latino-americanas de frutas e vegetais sofrem com a burocracia na tramitação de processos fitossanitários; os produtos têxteis são também subsidiados. Estudo realizado pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil revela que os 15 principais produtos brasileiros exportados aos EUA são taxados, na média, em 45,6%, enquanto

⁵ Cf. GARCIA, Álvaro Antônio, art. cit., p. 25-50.

⁶ Rubens Barbosa, "Comércio exterior, um grande desafio", *Folha de São Paulo*, 4-8-02.

sobre os 15 principais produtos dos EUA importados pelo Brasil incidem taxas de 14,3% em média.

Finalmente, a TPA, na versão do Senado, contém a emenda Dayton-Craig, que efetivamente exclui da autorização qualquer negociação sobre medidas de defesa comercial, isto é, as regras antidumping, direitos compensatórios e salvaguardas⁷.

Como se isso não bastasse, a TPA impõe um mecanismo complicado de consultas a várias comissões do Congresso no caso de negociações sobre mais de 300 produtos "sensíveis", o que na prática inviabiliza concessões em todos os produtos de prioritário interesse latino-americano.

Portanto, a negociação da ALCA se dá em termos extremamente desiguais e assimétricos.

Por exemplo, um estudo da United Nations Conference on Trade and Development - UNCTAD -, presidida atualmente pelo brasileiro Rubens Ricupero, mostra que cerca de 60% das exportações brasileiras estão sujeitas a algum tipo de barreira nos EUA⁸. Além disso, os EUA são hábeis protetores do seu mercado interno. Um trabalho recente mensurou os subsídios norte-americanos aos seus produtos e chegou à conclusão que, no ano 2000, os EUA gastaram US\$ 32,3 bilhões na proteção à agricultura norte-americana. Trata-se de um valor que foi triplicado desde 1990.

A América Latina e o Caribe têm uma oferta estreita, tanto em termos quantitativos como qualitativos. Os nossos países concentram-se em produtos intermediários: nem alta tecnologia, nem produtos baratos. A demanda por produtos intermediários cresce muito pouco no mundo, na verdade está quase estagnada. A UNCTAD fez um levantamento recente dos 20 produtos mais dinâmicos do comércio mundial. Desse 20, a América do Sul só tem dois: bebidas não alcoólicas e malharia de baixo, dois itens residuais. Os que realmente puxam o comércio internacional são semicondutores, computadores, telefones móveis etc. Nessa área nós nem aparecemos. Quem domina são os asiáticos. Estamos portanto concentrados nas piores faixas do comércio. E, em alguns casos, nos produtos mais atingidos por obstáculos de natureza ambiental ou de saúde. Por exemplo, o Brasil é o maior produtor e o maior exportador do mundo de tabaco.

Ora, como integrar uma área de livre comércio quando o seu principal parceiro adota medidas protecionistas com graves implicações para a economia latino-americana?

Tudo isto se insere no quadro dos mandamentos da 'nova ordem' econômica mundial. Um economista brasileiro afirma que "são basicamente cinco os mandamentos da 'nova ordem': 1º quem pode mais chora menos; 2º faça o que eu digo, mas não faça o

⁷ Cf. Rubens Ricupero, "O momento da verdade" *Folha de São Paulo* 2-6-02.

⁸ Estudo citado por ZAPAROLLI, Domingos, SATOMI, Lilian, "Agroindústria é a maior ganhadora com a ALCA", *Gazeta Mercantil Latino-Americana*, 19 a 27 de fevereiro de 2001, p. 4.

que eu faço; 3° quem não está comigo, está contra mim; 4° escreveu, não leu, o pau comeu; 5° o bom cabrito não berra"⁹. Estes mandamentos da 'nova ordem' econômica mundial se aplicam perfeitamente à negociação da ALCA. O que faz com que Rubens Ricupero, secretário-geral da UNCTAD, pergunte: "O que faria o prezado leitor se, a cinco minutos do fim do 1° tempo, em jogo que está perdendo, contra time dez vezes mais poderoso, o adversário lhe dissesse que decidira unilateralmente alterar as regras a fim de proibir as jogadas em que você leva vantagem? Protestaria e continuaria a jogar como se nada tivesse acontecido ou concluiria que teria de reconsiderar tudo, uma vez que o jogo já não é o mesmo? É essa, sem exageros, a situação com que nos defrontamos na ALCA, após a seqüência das salvaguardas americanas contra o aço, a nova lei agrícola e as condicionalidades da TPA". E conclui: "Quem se dispuser a seguir esse caminho terá de assumir o ônus de sustentar, de peito aberto, que, não obstante o nome aliciante e enganador, não se trata propriamente na ALCA de buscar o "livre comércio", ao menos para nós, e sim de conceder esse comércio livre ao lado mais forte, com a esperança de obter, por esse meio, outros benefícios ou compensações no setor financeiro ou de investimentos"¹⁰.

4. Possíveis vantagens da participação na ALCA

Quais são as razões daqueles que defendem a ALCA? Os que defendem a integração na ALCA apontam como vantagem o livre mercado que facilita uma melhor divisão e especialização do trabalho, a formação de economias de escala, o dinamismo concorrencial e o aumento da produtividade derivado da maior importação de *know-how*, tudo contribuindo para a queda dos preços. Isto, em tese, deve aumentar o bem-estar da sociedade, uma vez que os consumidores podem ter acesso a uma maior quantidade de produtos a preços mais baixos.

Para outros ainda, a ALCA fará aumentar o fluxo de comércio e reduzir a vulnerabilidade externa dos nossos países, aumentando as taxas de crescimento, sem provocar pressões inflacionárias¹¹. Já para Celso Lafer, ministro brasileiro das Relações Exteriores, a ALCA é capaz de "elevar a competitividade da economia brasileira aos padrões internacionais, e isso não poderá ser feito sem escala e sem liberdade para importar insumos a preços competitivos". E acusa: "O temor de negociar com os EUA reflete uma visão acanhada, de quem considera o Brasil um país pequeno. É fruto de ignorância da própria história de um país que tem uma política ex-

⁹ Luiz Gonzaga Belluzzo, economista, professor do Instituto de Economia da Unicamp, no artigo "Os novos mandamentos", publicado no jornal *Valor*, 21-08-02.

¹⁰ Rubens Ricupero, "Mudou o jogo", *Folha de São Paulo*, 9-6-02.

¹¹ José Márcio Camargo e Roberto Padovani, "Brasil precisa da ALCA", *Folha de São Paulo*, 16-10-01. Os autores são economistas da consultoria Tendências.

terna essencialmente bem-sucedida na defesa dos interesses nacionais"¹².

O grande desafio, no entanto, para os que defendem a ALCA é o aumento do desemprego. Pois o crescimento da concorrência conduz à falência de empresas não competitivas, levando ao desemprego um número significativo de trabalhadores que nem sempre conseguem recolocação em outros setores da economia. Mesmo aquelas empresas que se mantêm no mercado são forçadas a constantes inovações tecnológicas e a novas técnicas de gerenciamento, o que, muitas vezes, significa a substituição de pessoas por máquinas ou a redução pura e simples da quantidade de trabalhadores¹³. Mas o desemprego é visto, pelos que defendem a inevitabilidade da ALCA como um 'sacrifício necessário' para que a América Latina se insira de maneira competitiva na economia global.

Esther Dulfo, professora no Massachusetts Institute of Technology, apontou, por ocasião do primeiro turno das eleições francesas, que 35% dos votantes (destes 46% operários) votaram a favor dos candidatos que explicitamente rejeitavam a atual globalização. E ela mostra que este medo é justificado. A partir da análise do Free Trade Agreement, assinado em 1989, entre os EUA e o Canadá, os grandes perdedores foram os trabalhadores. Ela afir-

ma: "o medo dos operários dos setores potencialmente afetados tem um fundamento tão real quanto o entusiasmo dos 'experts'. Pois eles pagam de maneira desproporcional o custo das reformas cujos beneficiários diretos não são eles". E ela conclui: "é vão opor os benefícios de 'longo prazo' aos custos de 'curto prazo' se os que pagam os custos não são recompensados"¹⁴.

A Organização Regional Interamericana de Trabalhadores - ORIT - uma federação que representa 45 milhões de trabalhadores sindicalizados na América, igualmente expressou o seu rechaço à atual proposta da ALCA. Em contrapartida aprovou uma aliança social hemisférica em defesa dos direitos humanos, econômicos, sociais, laborais e políticos frente à proposta oficial que somente outorga direitos econômicos ao comércio e ao capital financeiro. As confederações sindicais insistem na necessidade da convocação de um plebiscito em todos os países sobre a ALCA. A ORIT se mostra especialmente preocupada com a incorporação do capítulo 11 do NAFTA no tratado da ALCA. Pois, segundo a ORIT, "a cláusula de liberalização dos investimentos do capítulo 11 do Tratado de Livre Comércio, efetivamente, desafiou e acabou com leis e regulações sociais, ambientais e trabalhistas legítimas e ameaça a soberania local e nacional"¹⁵.

¹² Celso Lafer, "Suspeitas, interesses e as negociações da Alca", **Folha de São Paulo**, 30-6-02.

¹³ Cf. GARCIA, Álvaro Antônio, art. cit. p. 45-46.

¹⁴ DUFLO, Esther, "Mondialisation: la peur justifie des ouvriers", **Libération** 13-05-02.

¹⁵ **La Jornada**, 29-04-01. O capítulo 11 do NAFTA permite que as empresas transnacionais gozem de direitos particulares na utilização de instâncias de arbitragem internacional a portas fechadas e não sujeitas à necessidade de prestar contas das suas ações, ao invés de utilizar as cortes

Num processo de integração econô- mica onde as assimetrias entre os pa- íses é tão grande, aumenta a possibi- lidade das empresas irem à busca da mão-de-obra mais barata. "Um estu- do divulgado recentemente nos EUA confirma essa hipótese ao responsa- bilizar o NAFTA pela supressão de mi- lhares de postos de trabalho naquele país e no Canadá, além da queda do salário real no México. Afirmam-se tam- bém que o NAFTA reduziu muito o poder de barganha dos trabalhadores, pois grandes empresas ameaçam trans- ferir-se para os países vizinhos quan- do há ameaça de greve ou reivindica- ção salarial"¹⁶.

5. Quais as razões contra a ALCA

Quais são as principais razões contra a ALCA?

Vivianne Ventura Dias, diretora da Divisão de Integração e Comércio da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, organismo da ONU¹⁷, sintetiza as razões contrá- rias à participação na ALCA. Segundo ela, "1) a Alca não deve mudar as con- dições de acesso para as exportações

de bens latino-americanos aos Esta- dos Unidos e 2) em um contexto de assimetrias reguladoras e tarifárias, os custos recaem desproporcionalmente sobre países com tarifas elevadas e marcos regulador e institucional de- ficientes, quando negociam com pa- íses que apresentam tarifas baixas e um marco regulador e institucional abrangente e eficaz. Esse é o caso, com poucas exceções, dos países de Amé- rica Latina e Caribe, ao negociar com Estados Unidos e Canadá". Segundo ela, "as negociações da Alca não vi- sam melhorar o acesso aos mercados, porque os mercados de bens dos Esta- dos Unidos já são uns dos mais aber- tos do mundo, e os obstáculos tarifá- rios só existem em setores sensíveis, para os quais não se vislumbram so- luções de curto prazo". Por outro lado, segundo Viviane Ventura Dias, "os Estados Unidos apresentam normas e regulamentações extensas, principal- mente em relação às medidas de pro- teção a consumidores e ao meio am- biente, junto a uma sólida capacida- de fiscalizadora e um sistema jurídico eficaz. Isto que os exportadores de todo o mundo sabem muito bem, é muito mais relevante no caso de ex-

domésticas. São, assim, dissolvidas leis e regulamentos promulgados democraticamente em todas as Américas. O documento "Vendiendo el Futuro. Una reflexión sobre la relación entre inversionistas y estado en el Tratado de Libre Comercio de América del Norte y su expansión al resto de América Latina", elaborado pela Oficina de Assuntos Sociais da Conferência dos Bispos do Canadá, acima citado, aponta vários casos paradigmáticos da aplicação do capítulo 11 do NAFTA no Canadá e no México. Segundo o documento, "o objetivo principal do Capítulo 11 tem sido o de limitar a capa- cidade do governo de proteger o meio ambiente, a saúde e os outros valores públicos frente aos interesses comerciais. Estas medidas tornam cada vez mais difícil para os governos desempenha- rem o mandato de proteção dos direitos dos cidadãos que os elegeram".

¹⁶ GARCIA, Álvaro Antônio, art. cit. p. 45-46.

¹⁷ Viviane Ventura Dias, "A pressa e a perfeição na criação da Alca", *Valor*, 12-2-01.

portações de serviços. O México está tentando há três anos instrumentalizar o compromisso de liberação dos serviços de transportes terrestres, mas caminhões do Terceiro Mundo com choferes do Terceiro Mundo não inspiram confiança, embora as empresas mexicanas tenham introduzido todas as modificações exigidas. O processo de implementar o acordo paralelo ao Nafta de proteção ao meio ambiente também ensinou ao México a diferença entre ter uma legislação adequada e ter que fiscalizar o seu cumprimento. Em outro caso, as diferenças entre os sistemas de qualificação das especializações médicas do Canadá e o Chile poderão determinar que o Acordo de Livre Comércio assinado entre os dois países faculte o ingresso de médicos canadenses no Chile, mas não o contrário¹⁸.

Um estudo pioneiro, patrocinado pela Federação da Indústria de São Paulo, mostra que numa simulação extrema, em que as atuais tarifas de importação seriam todas rebaixadas para zero, o Brasil seria o maior perdedor com a ALCA. "Levando em conta dados de 1999, o estudo indica que o déficit comercial do País na região de livre comércio aumentaria de US\$ 2,035 bilhões para US\$ 4,260 bilhões, o equivalente a uma perda de US\$ 2,225 bilhões por ano. Já os Estados Unidos teriam o maior ganho, com um acréscimo de US\$ 2,6 bilhões ao saldo comercial"¹⁹.

Mas tendo razões a favor e/ou contra a ALCA, a verdade é que "no atual momento, não há um só organismo ou indivíduo que tenha uma idéia clara sobre os efeitos líquidos de uma negociação como a da ALCA. Primeiro, por causa da complexidade que as negociações comerciais adquiriram a partir da Rodada Uruguai. Elas deixaram de ter como propósito a liberação do comércio de bens para se concentrar na promoção da "contestabilidade" dos mercados nacionais, a comercialização dos serviços, as compras governamentais e a proteção internacional dos direitos de propriedade, sejam os direitos de propriedade intelectual, os direitos de propriedade do investidor internacional, em última instância, os direitos do capital. Portanto, as negociações para a ALCA são negociações sobre normas, legislações e políticas internas a cada país, e é muito difícil quantificar os efeitos diretos e indiretos de mudanças reguladoras e institucionais. Finalmente, o exercício de avaliação se complica quando os acordos de liberalização ocorrem em um cenário de mudanças estruturais na organização da produção e do comércio"¹⁹.

Além disso, há exigências relativas a compras governamentais, ou seja, compras das empresas estatais. Há um acordo na OMC relativo ao assunto. Mas apenas 20 países o assinaram, porque não favorece a indústria dos países em desenvolvimento. O acordo prevê que

¹⁸ O Estado de São Paulo 26-7-02.

¹⁹ Viviane Ventura Dias, art. cit.

as aquisições das empresas estatais não podem favorecer a indústria local. Os EUA querem colocar esse tipo de coisa na ALCA.

Aqui novamente se manifesta a assimetria. Ou seja, os EUA querem que o acordo da ALCA vá além da OMC naquilo que interessa a eles. Mas quando os países latino-americanos querem ir além da OMC em agricultura ou em anti-dumping, para derrubar a proteção dos EUA, aí alegam que não cabe discutir isso no âmbito da ALCA. Esses temas são globais, são sistêmicos, dizem os americanos e devem ser discutidos na OMC. Portanto, não há nenhuma lógica, exceto a defesa unilateral de seus interesses. Ou seja, como afirma Rubens Ricupero, "no fundo a lógica deles é aquela: o que é meu é meu; o que é seu é negociável". Assim, se ninguém consegue saber exatamente as consequências da ALCA para os nossos países, no entanto, possível saber com razoável precisão que "a ALCA será como o NAFTA. E naquilo que for diferente será diferente para ser mais favorável aos Estados Unidos"²⁰.

Conclusão

A ALCA tal qual hoje está sendo encaminhada lesa a soberania dos países latino-americanos e do Caribe, pois, na prática, eles perderão o direito de legislar sobre regras para proteger suas economias. Mais. Ela é a negação da possibilidade dos países latino-americanos pensarem e articularem um pro-

jeto nacional próprio. A ALCA chega ao cúmulo de permitir que empresas possam levar à Justiça os governos, alegando perda de lucros ao concorrer com empresas estatais em ramos similares. Apostando na possibilidade de uma outra integração das Américas é necessário, imediatamente, que os rumos da negociação sejam estabelecidos em novos parâmetros, com base nos seguintes pontos:

1) criar mecanismos para que os países ricos, como os EUA e o Canadá, ajudem efetivamente a desenvolver as economias dos países pobres ou em desenvolvimento com o objetivo de, pelo menos, reduzir as desigualdades regionais. Não pode ser bom um acordo de livre comércio numa região de grandes desigualdades regionais;

2) pressionar para que os EUA anulem as decisões protecionistas, abolindo o mandamento, "façam o que eu digo, mas não façam o que eu faço";

3) só fazer concessões se houver uma reciprocidade simétrica, perfeita. Os americanos têm que rebaixar significativamente a proteção nas áreas em que os países latino-americanos já são competitivos, sem precisar fazer investimentos novos;

4) não aceitar a inclusão na agenda da ALCA de itens não comerciais como propriedade intelectual e livre circulação de investimentos. Pois os EUA estão postulando a garantia prévia, antes mesmo de o investimento ser feito, de poder escolher qualquer área, e ter a possibilidade de contestar em tribu-

²⁰ Rubens Ricupero, "Postscriptum", *Folha de São Paulo* 17-12-00.

nais internacionais, se entenderem que houve violação do direito do investidor. Querem entrar e sair sem qualquer regra;

5) aumentar o prazo para a entrada em vigor dos acordos;

6) aprovar a realização de plebiscitos oficiais nos países, para que os

povos possam se manifestar se querem ou não o seu país integrado à ALCA.

Inácio Neutzling, é jesuíta, doutor em Teologia Moral Social, professor do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais Aplicadas da Unisinos e coordenador do Instituto Humanitas Unisinos – São Leopoldo, RS. Endereço do autor:

Av. Unisinos, 950 - Bairro Cristo Rei
CEP 93.022-000 São Leopoldo - RS

**QUESTÕES PARA
AJUDAR A LEITURA
INDIVIDUAL OU
O DEBATE EM
COMUNIDADE**

- 1- Na sua comunidade existe clareza suficiente sobre a ALCA e os reais objetivos que ela se propõe? Essas questões são debatidas e aprofundadas?
- 2- Quais são as principais ambigüidades embutidas nas propostas da ALCA?
- 3- No seu contexto de sociedade e de Vida Religiosa, como potenciar a busca de novos parâmetros para uma outra possível integração das América?

**“O temor de negociar com
os EUA reflete uma visão
acanhada, de quem considera
o Brasil um país pequeno”**

Se todas as mulheres do mundo...

IR. M. AUGUSTA GHISLENI, FSCJ

Se todas as mulheres do mundo resolvessem criar a paz! Serem artífices da paz! Se elas jamais se omitissem nesta ingente missão que o casal humano deveria realizar: o sonho de paz, acalentado por todos e todas ao longo da história, certamente tomar-se-ia com mais presteza uma realidade concreta.

É preciso ter a ousadia de o dizer: milênios de ideologia patriarcal (isto é, unilateral), foram milênios de guerras quase ininterruptas. Uma ideologia no pólo oposto (matriarcal) teria levado a resultados melhores? Provavelmente não. Se Deus criou o ser humano varão e mulher e a ambos entregou o mundo para que o construíssem, a ausência de uma das partes do casal humano nesta tarefa gera dissonância, traz desequilíbrios na humanidade.

Talvez a causa profunda da desarmonia social esteja exatamente na omissão das mulheres em assumir suas responsabilidades na construção da sociedade. Ou, em outras palavras, o desequilíbrio do mundo talvez seja o resultado da exclusão das mulheres dos níveis de decisão.

I. O grande apelo

É chegada a "hora de Deus". Soou a clarinada, chamando o casal humano a reconsiderar sua missão original. "É hora de despertar do sono"¹.

Sobretudo a era feminina da humanidade, marginalizada por séculos e séculos do poder decisório, está sendo convocada com maior veemência.

Os "sinais dos tempos" surgem por todos os lados. Urge discerni-los e repensar nossas possibilidades, nossos direitos e deveres, para melhor cumpri-los.

Alguns destes sinais podem ser lembrados: a Igreja Católica, na Exortação Apostólica *Marialis Cultus* nos diz que a "Virgem Maria, longe de ser uma mulher passivamente submissa, não duvidou em afirmar que Deus é defensor dos humildes e oprimidos e derruba do trono os poderosos do mundo".²

É, sem dúvida, um convite irrecusável de seguir os passos de Maria nesta sua liderança profética e corajosa. Liderança forte que atravessou dois milênios de história, perpassando todas as culturas e credos e continuará cer-

¹ Rm 13,11.

² *Marialis Cultus* n° 37.

tamente a fazê-lo de geração em geração nos séculos vindouros. Cumpre que nós mulheres e homens também, da geração atual, não sejamos omissas na imitação dos gestos de Maria, Mãe de Jesus.

De sua parte, o Conselho Mundial de Igrejas proclamou e conduziu uma Década de Solidariedade das Igrejas com as Mulheres (páscoa de 1988 à Páscoa de 1998). Década que, como tal, terminou, mas continua através de "Nova Década: Ação Ecumênica de Mulheres".

As várias iniciativas da ONU em nível mundial – em torno da temática da mulher (e da terra): México 1975; Rio de Janeiro 1992; Cairo 1994; Beijin 1995... são "sinais dos tempos" que convidam ao discernimento e ao compromisso em favor da vida, da paz e da "salvação" do planeta terra, o habitat que Deus nos deu.

Então, se todas as mulheres do mundo – inspiradas no evangelho – percebessem a importância do momento histórico em que vivem e as oportunidades da atuação que se lhes apresentam... Se todas resolvessem, decidida e firmemente dizer "não" à guerra!

Se todas se tornassem artífices da paz, no lar, na escola, na sociedade, na igreja, apressariam o advento da paz! Paz verdadeira que não pode ser passiva nem opressiva; mas que tem de ser criativa, preventiva e operante.

2. Tudo começa no lar

Assim, se cada mãe, esposa, irmã ou filha disser a seu filho, esposo, irmão ou pai: "Mete tua espada na bainha, pois todos os que lançam mão da espada à espada perecerão", estará criando a paz.³

Se a família, "agência de educação por excelência", se educar para a paz, as gerações vindouras viverão em paz. Será demais lembrá-lo? O exemplo dos pais e educadores é decisivo. Só a paz dos pais gera a paz nos filhos. Os ensinamentos são formadores somente quando corroborados pelo testemunho vivo. Que na família as conversas sejam de paz. Que jamais se exaltem figuras de guerreiros, mas, pelo contrário, sejam vistos como símbolos negativos de uma ética a ser superada. O mesmo se diga de mulheres que encorajaram seus filhos e esposos para a guerra. Ou foram elas próprias lutar nos campos de batalha.

Se os brinquedos de guerra forem banidos do lar, as fábricas de tais brinquedos serão levadas à falência. Se a competição entre irmãos for substituída pelo estímulo para que cada um supere a si mesmo e não aos demais, criar-se-á mentalidade de diálogo e de comunicação, indispensáveis ao entendimento entre os homens.

Se na família for suplantado o patriarcado e evitado o matriarcado, vivendo o casal na igualdade dos filhos de Deus, as esperanças de uma convivência mais harmoniosa pacífica e cons-

³ Mt 26,52.

trutiva entre os seres humanos tornar-se-ão mais fundadas e sólidas.

Uma estrela brilhará nos céus, apondo um futuro mais certo de compreensão, paz e amor, um futuro em que todos os homens e mulheres do mundo "saberão" que são irmãos uns dos outros.

3. E continua na escola

Se a escola aproveitar devidamente sua energia catalisadora e irradiadora de conhecimento e de vivência, sua aptidão em forjar personalidades equilibradas, se os colégios ampliarem o convívio harmonioso encetado no lar; se exercitarem sua clientela na arte do diálogo, mostrando, assim, e fazendo sentir que a solução dos problemas de convivência humana não está nos conflitos egoístas ou violentos e muito menos nas guerras mortíferas.

Se a escola souber exaltar devidamente o nobre gesto de tantos jovens que, para não imitar Caím, repudiam a violência, sobretudo a mais terrível das violências: a guerra.

Se, na redefinição dos conceitos herdados, os educadores colocarem os jovens face à expressão "guerra-justa", surgirão perguntas como estas: quem são os justos que podem declarar a guerra justa? Quem são os verdadeiros agressores dentro de uma sociedade competitiva sempre mais complexa e estruturalmente violenta,

geradora de fome e miséria em escala mundial?

Enfim, se os jovens compreenderem a insensatez da "lei das selvas", da "lei do mais forte" que comanda todas as guerras; persuadidos da irracionalidade do lema "se queres a paz prepara a guerra", saberão que, de fato, "não se colhem figos dos espinheiros, nem se apanham uvas dos abrolhos."⁴

Se legiões de jovens notarem que a "filosofia" deste lema estulto está por trás da corrida armamentista dos povos tidos como civilizados; que essa "filosofia" leva a uma paz de medo, de cadáver, de cemitério, ou seja, não leva à paz e sim à destruição, à morte, ao terrorismo.

Se, por outro lado, as novas gerações se imbuírem do lema "Se queres a paz prepara a paz", as esperanças de dias melhores crescerão!

Mas a "paz é fruto da justiça", como afirma Isaías⁵, a educação para a paz não pode prescindir da educação para a justiça.

A campanha contra a guerra deve começar no dia-a-dia, no esforço constante de superar as injustiças aparentemente pequenas.

A partir daí e sem minimizar a importância da participação dos homens neste esforço, as mulheres deveriam conscientizar-se do grande alcance de sua atuação na educação das jovens gerações para a justiça. Perceber as in-

⁴ Lc 6,44.

⁵ Isaías 32,17.

justiça é, sem dúvida, o primeiro passo para as superar.

Por exemplo: no lar, a família patriarcal, que confere ao varão todos os direitos e poderes, enquanto mantém a mulher na ignorância e no silêncio, é a primeira escola de opressão da sociedade.

Se no lar, a mulher é discriminada e tratada como ser inferior, os filhos são continuamente preparados a aceitar as discriminações dentro da família humana.

Na escola: os métodos autoritários, não raro previstos em lei, impedem o desenvolvimento do senso de responsabilidade dos educandos, com evidente prejuízo para a convivência social harmônica no futuro.

Nos cárceres: a correção ou re-educação que supostamente aí se exerce nada mais é do que a vingança da sociedade contra os párias que ela própria gerou. O sistema penitenciário do mundo inteiro é um pecado que brada aos céus e que nós, cristãos e cristãs, aceitamos como um mal inerente à natureza humana.

Já em 1971, o Sínodo dos Bispos conclamava a família humana a realizar a "educação para a justiça" por todos os meios possíveis.

"Este tipo de educação, dado que torna a todos integralmente humanos, ajudará os homens para o futuro, a fim de não continuarem a ser objeto de manipulação, nem por parte dos meios de comunicação, nem por par-

te das forças políticas; ao contrário, fará com que se tornem capazes de conduzir os próprios destinos e de construir comunidades verdadeiramente humanas".⁶

Se todas as mulheres do mundo – todas as de boa vontade – assumissem este apelo, fazendo sentir a força de sua ação, que valioso contributo estariam dando na caminhada para a paz!

4. E também na sociedade

É preciso que as mulheres se conscientizem dos abusos da sociedade de consumo e lutem corajosamente para os suprimir, porque levam a toda sorte de pecados contra a fraternidade.

Entre os muitos abusos, exigem vementes e urgentes protestos: – o aviltamento e a exploração do corpo feminino, feito objeto de propaganda: – o abastardamento da política, que leva à gritante injustiça da carência alimentar, responsável pela mortalidade infantil em grande escala; – a indústria bélica, cuja existência já é, de per si, um hediondo crime de "lesa humanidade". O tráfico de seres humanos – uns três milhões por ano, conforme a Organização Internacional do Trabalho – principalmente mulheres e crianças. Esta forma de escravidão, certamente uma das mais hediondas que a história conheceu, é hoje um dos negócios mais lucrativos, ao lado da venda de armas e o tráfico de drogas.

⁶ A Justiça no Mundo – Cap II.

É possível que a mulher, mais próxima das fontes da vida que o homem, possa ser acionista destas mortíferas instituições que são as fábricas de armamentos bélicos, o tráfico de drogas e de seres humanos?

Não teria chegado o tempo de educar a humanidade no sentido de substituir o "serviço das armas" pelo serviço da promoção humana?

Aconteceria, então, o que está previsto em Isaías⁷: "de suas espadas forjarão relhas de arados e foices de suas lanças. Uma nação não levantará mais a espada contra a outra nem se treinará mais para a guerra".

Se a humanidade atribui às mulheres o dom por excelência de educar, elas devem levar a sério esta atribuição e lançar mão dos métodos mais inteligentes para transformar as mentalidades, as ideologias beligerantes, em mentalidades e ideologias de paz, concórdia e amor.

Assim é preciso desarmar os espíritos, se quisermos impedir de modo eficaz o recurso às armas que ferem os corpos...

Esta interiorização de paz é verdadeiro humanismo, verdadeira civilização...

Trata-se de um trabalho lento e complicado, mas que, por muitos motivos, se impõe por si: o mundo encaminha-se para sua própria unidade.

Contudo, algo não funciona bem na

máquina monumental da civilização. Esta poderia rebentar numa conflagração indescritível, por um defeito na sua construção... referimo-nos ao defeito do "coeficiente espiritual".

5. Que as mulheres profetizem na igreja

Caberia provavelmente a nós mulheres, agora que nos é dado entrar na história com poder de decisão, inclusive na igreja, descobrir o cerne da disfunção ou este algo que não funciona bem na máquina de nossa civilização. Captar este "algo" apontado por Paulo VI como "defeito do coeficiente espiritual"; agir com sábia diplomacia; aproveitar ao máximo as qualidades que possuímos para, à imitação de Maria, sermos mediadoras, capazes de promover a reconciliação nas famílias, na sociedade e também na igreja.

É prova de amor profundo contribuir para o aperfeiçoamento da unidade na igreja, comunhão mística e construtiva; e da unidade da igreja, recomposição ecumênica da unidade cristã.

Se todas as mulheres do mundo resolverem ser "mulheres fortes"⁸ cuja ação inteligente, sábia, perseverante, serena, assumida, consciente e responsável, as tornará semelhantes a Maria "construtora da cidade temporal e simultaneamente peregrina atenta em

⁷ Isaías 2,2-5.

⁸ Cf. Provérbios 31,10.

direção à cidade celeste”⁹, haverá “paz na terra para os homens a quem Deus ama”.¹⁰

MARIA AUGUSTA GHISLENI é Irmã Religiosa da Congregação das Filhas do Sagrado Coração de Jesus (Fundada por Santa Teresa Verzeri na Itália. séc

XIX) e membro da Comissão da Década de Solidariedade das Igrejas com as Mulheres – promovida pelo Conselho Mundial de Igrejas e assumida, no Brasil, pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC).

Endereço da autora:

Rua São Luís, 200

93280-460 – Esteio – RS

QUESTÕES PARA
AJUDAR A LEITURA
INDIVIDUAL OU
O DEBATE EM
COMUNIDADE

- 1- Porque as mulheres são hoje chamadas de maneira especial a ser artífices da Paz?
- 2- Que características deve ter a atuação das mulheres nos vários âmbitos e instituições da sociedade a fim de contribuir para que a vida humana seja respeitada e a paz possa crescer no mundo?

**“Este tipo de educação,
dado que torna a todos integralmente
humanos, ajudará os homens
para o futuro, a fim de
não continuarem a ser objeto
de manipulação, nem por parte
dos meios de comunicação,
nem por parte das forças políticas”**

⁹ Marialis Cultus n° 37.

¹⁰ Lc 2,14.



CRB

Marcos Indicadores

IMPRESSO ESPECIAL
CONTRATO
Nº 050200140-2/2002

ECT/DR/RJ
CRB

Há uma esperança para o teu futuro!

Há setas indicando o caminho... *Jr 31, 17.21*

por isso, finca bem as estacas, desdobra a lona,

estica as cordas, amplia o espaço... *Is 54, 2*

Neste horizonte de esperança, a CRB se compromete a animar e assessorar o processo de refundação da Vida Religiosa, sinalizando o caminho através desses marcos:

1. Espiritualidade integradora como experiência de itinerância, vivida na dinâmica pascal.
2. Opção preferencial, audaciosa e atualizada, pelos empobrecidos e excluídos.
3. Comunidade, antídoto contra o individualismo, espaço de irmandade, crescimento, discipulado, solidariedade.
4. Formação para ser presença profética na realidade, comprometer-se e deixar-se evangelizar.
5. Abertura às interpelações das novas gerações em sua diversidade cultural.
6. Novas relações de gênero e etnia tecidas no respeito e valorização do diferente.
7. Intercongregacionalidade, trabalho em rede e parcerias com leigos e diversos organismos em vista da solidariedade.
8. Análise institucional a partir do carisma e em vista da pessoa e da missão.
9. Apoio a novas formas de consagração e de pertença aos carismas.
10. Dinamização e operacionalização do Projeto da CLAR "Pelo Caminho de Emaús".
11. Resposta generosa e presença inculturada na missão além-fronteira.

A nós, irmãs e irmãos de todo o Brasil, cabe a responsabilidade de transformar em vida profética e missionária o que o Espírito nos propõe neste momento. Nesta esperança, sob a proteção de Nossa Senhora Aparecida, avançamos para o futuro.

(Texto final aprovado pela XIX Assembléia Geral Ordinária da CRB, celebrada em São Paulo, de 09 a 13 de julho de 2001.)
